



**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS ARAPIRACA

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

VITOR GABRIEL CAETANO ALVES

**IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS EM CIRCULAÇÃO NO *FACEBOOK*:
CONTROVÉRSIAS SOBRE “CRIANÇAS PORTUGUESAS QUE SÓ FALAM
BRASILEIRO”**

Arapiraca, AL
2023

VITOR GABRIEL CAETANO ALVES

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS EM CIRCULAÇÃO NO *FACEBOOK*:
CONTROVÉRSIAS SOBRE “CRIANÇAS PORTUGUESAS QUE SÓ FALAM
BRASILEIRO”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Letras-Português do
Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca,
como requisito parcial para obtenção de grau de
Licenciado em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira
Silva

Arapiraca, AL
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Arapiraca

A474i

Alves, Vitor Gabriel Caetano.

Ideologias linguísticas coloniais em circulação no facebook: controvérsias sobre “crianças portuguesas que só falam brasileiro” / Vitor Gabriel Caetano Alves. – 2023.

1 PDF: il., color., (1 arquivo: 1,9 MB).

Arquivo digital no formato PDF do trabalho acadêmico com 60 folhas.

Orientação: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Licenciatura em Letras-Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2023.

1. Linguística aplicada. 2. Ideologias linguísticas. 3. Comentários online. 4. Interação digital. 5. Indexicalidade. I. Título.

CDD: 418


VITOR GABRIEL CAETANO ALVES

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS EM CIRCULAÇÃO NO *FACEBOOK*:
CONTROVÉRSIAS SOBRE “CRIANÇAS PORTUGUESAS QUE SÓ FALAM
BRASILEIRO”


Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras-Português, do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em: 30/ 11 / 2023


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DANILLO DA CONCEICAO PEREIRA SILVA**
Data: 13/12/2023 19:03:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Documento assinado digitalmente
 **ISABELA MARILIA SANTANA SANTOS**
Data: 14/12/2023 10:56:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Ma. Isabela Marília Santana
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS MENEZES FONSECA**
Data: 15/12/2023 10:47:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Lucas Menezes Fonseca
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Às três mulheres da minha vida: minha mãe Josi, minha vizinha Josefa e minha tia Mari. Obrigado por todo o carinho, apoio e força ao longo dessa jornada. Jamais chegaria até aqui sem vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar onde cheguei e por todas as conquistas alcançadas ao longo dessa complexa e incerta caminhada que é a vida.

A minha família, por me apoiar, acreditar nos meus sonhos e por sonhar junto comigo: Minha mãe Josi, minha vizinha Josefa, minhas tias Mari e Lena, meu primo Ruan, minha prima Gil (*in memoriam*) e minha amiga Dayana que é praticamente da família.

Aos meus gatos e família de quatro patas, Ninho e Nina, pela companhia durante a escrita deste trabalho.

A todos os meus amigos de curso e companheiros de turma. Em especial a Carlos Lima, Ester Lira, Ernande Edson, Eduarda Rodrigues, Matheus Ferreira, Silene de Sá e Vitória Caroline. Obrigado por todas as experiências, aprendizados e risadas. Vocês fizeram desses quatro anos os melhores que eu poderia ter tido.

Aos meus amigos de infância e adolescência que me acompanharam durante toda essa jornada e apesar de tudo, ainda permanecem comigo: Alex William, Edyanne Karine, Mariane Martins e Sthefany Barbosa. Obrigado por estarem ao meu lado durante todo esse tempo e por todas as vezes em que me deram apoio, carinho e forças para continuar.

As minhas professoras de língua portuguesa, por me mostrarem desde muito cedo a força das palavras e o poder da educação para mudar o mundo: Anne Dayse, Rosiane Rocha e Nadja Araújo. Um agradecimento especial aos/às docentes Ígor Augusto, Raquel Vieira, Bruna Ciriaco, Ana Karlla, Fátima Nunes, Adrina Porfírio e outros/as tantos/as com quem tive o privilégio de aprender.

Ao meu orientador Danillo Silva, por toda a paciência, afeto e aprendizado. Obrigado por ser tão companheiro, compreensivo e por acreditar em mim quando nem eu mesmo acreditava.

A todos os professores e professoras do curso de Licenciatura em Letras-Português, pelos ensinamentos repassados, tanto do ponto de vista profissional quanto humano. Obrigado pelas experiências de vida e inspirações que me fazem perceber diariamente que é na docência o meu lugar.

A todos os/as discentes da turma de Licenciatura em Letras-Português 2020.1 pelas trocas de conhecimento e afeto. Nunca me esquecerei de vocês.

Ao Instituto Federal de Alagoas, em especial o *campus* Arapiraca, por toda a dedicação em promover uma educação pública, gratuita e de qualidade.

“[...] Eu sei que não é a língua inglesa que me fere, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para se tornar um território que limita e define, como eles fazem dela uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar.”

(hooks, 2008, p.858)

RESUMO

A partir de contribuições advindas da Antropologia Linguística e da Linguística Aplicada contemporânea, o presente trabalho tem como objetivo interpretar criticamente as ideologias linguísticas (Gal, 2019, 2023; Irvine; Gal, 2000; Pinto, 2013, 2018; Moita-Lopes, 2013) mobilizadas nas controvérsias públicas *online* em torno da matéria jornalística “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”, publicada pelo jornal português Diário de Notícias, em novembro 2021. Para tanto, realizamos uma etnografia digital (Blommaert, 2010; Pinto *et al.*, 2022) de caráter não-participante, praticada entre junho e novembro de 2023, na página do veículo na rede social *Facebook*. Os dados produzidos no trabalho etnográfico foram analisados a partir da noção de “pistas indexicais”, proposta por Wortham (2001), a fim de explorar o nexo pragmática-metapragmática, ou seja, a ligação semiótica entre o uso de determinados itens linguísticos em contexto e processos sociais, culturais e ideológicos mais amplos. Em linhas gerais, o trabalho de análise nos permitiu concluir a intensa circulação de ideologias linguísticas, ou seja, crenças, racionalizações e afetos sobre as línguas e seus usos, que projetam hierarquias raciais de base colonial, ao que chamamos de “ideologias linguísticas coloniais”. Essas ideologias, dentre outras coisas, produzem efeitos de apagamento, inferiorização e pejoração de línguas, culturas e identidades dos povos brasileiros em função de uma superioridade lusitana, evocando discursos difusos sobre a violência colonial. Ademais, esta pesquisa se soma a esforços crescentes, em diferentes áreas do conhecimento, a fim de reconhecer a dimensão constitutiva das plataforma digitais de redes sociais na produção de subjetividades políticas e de disputas ideológicas de gênero, de raça e de sexualidade (Blommaert, 2020; Maly, 2023; Silva, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b), a exemplo do que evidenciam as complexas lógicas da violência *online/offline* e as hierarquias sociolinguísticas que elas projetam (Borba; Silva, 2020; Pinto *et al.*, 2022).

Palavras-chave: interação digital; comentários online; ideologias linguísticas; indexicalidade; pistas indexicais.

ABSTRACT

Based on contributions from Linguistic Anthropology and contemporary Applied Linguistics, the present work aims to critically interpret linguistic ideologies (Gal, 2019, 2023; Irvine; Gal, 2000; Pinto, 2013, 2018; Moita-Lopes, 2013) mobilized in online public controversies surrounding the journalistic article “There are Portuguese children who only speak 'Brazilian'”, published by the Portuguese newspaper *Diário de Notícias*, in November 2021. To this end, we carried out a digital ethnography (Blommaert, 2010; Pinto et al. , 2022) of a non-participant nature, carried out between June and October 2023, on the vehicle's page on the social network Facebook. The data produced in the ethnographic work were analyzed based on the notion of “indexical clues”, proposed by Wortham (2001), in order to explore the pragmatic-metapragmatic nexus, that is, the semiotic link between the use of certain linguistic items in context and broader social, cultural and ideological processes. In general terms, the analysis work allowed us to conclude the intense circulation of linguistic ideologies, that is, beliefs, rationalizations and affections about languages and their uses, which project colonial-based racial hierarchies, which we call “colonial linguistic ideologies”. These ideologies, among other things, produce effects of erasure, inferiorization and derogation of languages, cultures and identities of Brazilian peoples due to Portuguese superiority, evoking diffuse discourses about colonial violence. Furthermore, this research adds to growing efforts, in different areas of knowledge, in order to recognize the constitutive dimension of digital social media platforms in the production of political subjectivities and ideological disputes regarding gender, race and sexuality (Blommaert, 2020; Maly, 2023; Silva, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b), as demonstrated by the complex logics of online/offline violence and the sociolinguistic hierarchies they project (Borba; Silva, 2020; Pinto et al., 2022).

Keywords: digital interaction; online comments; linguistic ideologies; indexicality; indexical ranges.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - <i>Post no Facebook da página Diário de Notícias sobre a matéria.....</i>	32
FIGURA 2 - <i>Comentário de Marina sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook.....</i>	38
FIGURA 3 - <i>Comentário de Angélica sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook</i>	40
FIGURA 4 - <i>Comentário de Ricardo sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook.....</i>	42
FIGURA 5 - <i>Comentário de Otávio sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook.....</i>	44
FIGURA 6 - <i>Comentário de Pedro sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook.....</i>	46
FIGURA 7 - <i>Comentário de Abel e Júlia sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook.....</i>	47
FIGURA 8 - <i>Comentário de Maurício sobre a matéria “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” no Facebook.....</i>	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Pistas indexicais empregadas na mobilização de posicionamentos interacionais conforme Wortham (2001).....	35
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	“ESSA” LÍNGUA QUE NOS DIZEM.....	15
2.1	A LÍNGUA COMO HIPÓSTASE.....	15
2.2	IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E HIERARQUIAS RACIAIS.....	17
3	A TRÍADE “UM POVO, UMA NAÇÃO, UMA LÍNGUA”.....	21
3.1	POR UMA (DES)INVENÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	21
3.2	OS EFEITOS DO COLONIALISMO LINGUÍSTICO.....	23
4	CONTEXTO DE PESQUISA, HISTÓRIA DOS DADOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	26
4.1	UMA “EPIDEMIA DE PORTUGUÊS BRASILEIRO”: O CASO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS.....	26
4.2	ANTES DO <i>YOUTUBE</i> EXISTIU GABRIELA.....	29
4.3	ETNOGRAFIA DIGITAL: FERRAMENTA PARA A INVESTIGAÇÃO DA LINGUAGEM NA VIDA SOCIAL.....	31
4.4	INTERCESSORES TEÓRICO-ANALÍTICOS.....	34
5	INTERPRETANDO IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS EM INTERAÇÕES ONLINE.....	37
5.1	TRAJETÓRIAS TEXTUAIS E PERCURSOS EM ETNOGRAFIA DIGITAL.....	37
5.2	HIERARQUIAS LINGUÍSTICAS EM DISPUTA.....	38
5.3	DE <i>VÂNDALOS</i> À <i>PUTAS</i> : ICONIZAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO COMO FORMAS DE INFERIORIZAÇÃO MORAL.....	42
5.4	HIGIENIZAÇÃO E NACIONALISMO: IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS ALICERÇADAS EM CLASSE E REGIÃO.....	46
5.5	ERRO DE PORTUGUÊS:.....	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

No dia 06 de novembro de 2023, uma brasileira foi vítima de xenofobia em Portugal enquanto desembarcava no Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, na cidade do Porto¹. No vídeo gravado pela própria vítima, é possível acompanhar uma mulher portuguesa proferindo xingamentos contra ela: *“Sua porca! Vai para a sua terra, sua porca! Sou portuguesa de raça! Você, que é brasileira, vai para a sua terra!”*. Esses atos de fala violentos, proferidos a plenos pulmões pela portuguesa, constituem o cenário xenofobo e degradante a que inúmeros brasileiros e brasileiras imigrantes vivem em Portugal (Dos Santos, 2020). O discurso da agressora, além de apontar para um tipo de inferiorização racial, moral e étnica, pautados em ideologias nacionalistas que enxergam o Brasil como subalterno, é capaz de nos alertar para uma visão racista acerca da população brasileira, tida como inferior e indesejada. Assim, o proferimento violento da agressora é endereçado não apenas à mulher da cena em específico, mas a todo o povo brasileiro: *“Estão invadindo Portugal. Essa raça de filha da puta!”*.

Quase dois anos antes, em 10 de novembro de 2021, o site português Diário de Notícias publicou a matéria² intitulada *“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”*, com o objetivo de alertar a sociedade lusitana acerca de um fenômeno linguístico crescente em Portugal, digno da preocupação de docentes e responsáveis: crianças portuguesas estariam “falando como brasileiros”. Tal fato seria consequência do consumo excessivo de conteúdos *online* produzidos no Brasil, mais especificamente os vídeos do youtuber Luccas Neto. A matéria se fundamentou em uma série de relatos que justificavam preocupações com a pronúncia de certas palavras e até mesmo argumentavam sobre a importância da busca por “terapeutas da fala” com vistas a “tratar o problema”.

Assim, quando a página do Diário de Notícias no *Facebook* fez uma publicação acerca da matéria, a aba de comentários tornou-se palco para que uma série de posicionamentos alicerçados em ideologias linguísticas distintas fossem projetados. Seja por meio de críticas ao próprio texto ao alegarem certo teor xenofóbico presente nas entrelinhas, ou através de piadas que ironizavam e comparavam o fenômeno a um novo tipo de

¹ Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/internacional/brasileira-vitima-xenofobia-portugal-video-sua-porca-o-que-e-qual-significado-nprei/>. Acesso: 11 nov. 2023.

² Disponível em:

<https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>. Acesso: 10 set. 2023.

“colonização reversa” ou “invasão digital”, o fato é que esse espaço interacional configurou-se em um ambiente propício para um sem-número de controvérsias discursivas *online*.

Que tipos de relações podem ser estabelecidas entre os comentários sobre a presumida inferioridade racial de brasileiros em relação a portugueses, mobilizados na primeira cena, e os discursos alarmistas sobre uma suposta corrupção do português europeu pela variedade brasileira dessa língua, em trânsito na segunda cena? Dentre outras possibilidades, a articulação entre processos de hierarquização racial e aqueles de ordem linguística tem sido suficientemente explicadas, nos domínios da Antropologia Linguística, pela noção de “ideologias linguísticas” (Irvine, 1989). Essas ideologias linguísticas podem ser compreendidas, segundo Susan Gal (2023), como representações sobre a natureza, estrutura e uso das formas linguísticas em um mundo social, uma vez que esses entendimentos nunca são apenas sobre a linguagem. São avaliações politicamente posicionadas, moral e esteticamente carregadas das práticas linguísticas situadas às quais um grupo social atende.

Tendo em vista esse cenário de constantes disputas ideológicas sobre as práticas raciais e linguísticas, a presente pesquisa destaca a relevância de espaços digitais na produção da violência *online/offline* (Silva, 2019; Pinto *et al.*, 2022). Assim, abre-se uma lacuna para investigações teórico-analíticas que produzam inteligibilidades contingentes sobre ideologias linguísticas em circulação e seus efeitos na vida social. Isso porque elas integram uma complexa articulação entre língua, nação e hegemonia, as quais, por vezes, se encarregam de invisibilizar e eliminar determinados corpos, sujeitos e suas práticas linguísticas.

Nesse sentido, pautado pelas perspectivas contemporâneas da Antropologia Linguística e da Linguística Aplicada acerca das noções de linguagem, raça e ideologias linguísticas, o presente trabalho tem como objetivo investigar de que forma os posicionamentos dos participantes na aba de comentários da publicação no *Facebook* pela página do Diário de Notícias mobilizam ideologias linguísticas coloniais em suas construções discursivas. Para tanto, são analisados dados gerados em uma etnografia digital (Pinto, *et al.*, 2022), de caráter não-participante, realizada entre junho e outubro de 2023, na seção de comentários da página do DN no *Facebook*. Para a realização das análises, foram adotadas quatro pistas indexicais propostas por Wortham (2001) que, por sua vez, atuam como elementos de indício ao ligar encadeamentos linguísticos a fenômenos macrossociais mais amplos.

Dessa forma, na **seção 1 - Essa língua que nos dizem**, apresento uma breve discussão sobre as disputas pela definição do que supostamente seria “a língua” e suas implicações no

que se refere ao apagamento de línguas, culturas e povos. Na **seção 2 - A tríade “um povo, uma nação, uma língua”**, procuro discutir sobre o processo de “invenção” das línguas e seus propósitos ideológicos e políticos em razão da empreitada colonial, assim como busco tecer algumas reflexões acerca dos efeitos do colonialismo linguístico na constituição de hierarquias sociais. Em seguida, na **seção 3 - Contexto de pesquisa, história dos dados e percursos metodológicos**, faço uma análise da matéria e das escolhas linguísticas empregadas ao longo do texto. Além disso, procuro estabelecer as bases teóricas para a realização das análises, apresentando os conceitos da etnografia digital e das pistas indexicais (Wortham, 2001). Na **seção 4 - Interpretando ideologias linguísticas coloniais em interações online**, apresento os dados gerados e as respectivas análises dos comentários selecionados, de modo a retomar os intercessores teórico-analíticos vistos ao longo da pesquisa e aplicá-los nas interpretações objetivadas. Nas **Considerações finais**, busco elaborar uma síntese crítica do caminho interpretativo percorrido ao longo da pesquisa, apresentando os desdobramentos analíticos adotados para a consolidação dos estudos.

Por fim, no que tange às inscrições pessoais, epistemológicas e políticas que atravessaram a atual pesquisa, gostaria de contextualizá-las em uma breve memória-narrativa sobre nacionalidade, linguagem e suas ideologias. O ano era 2010, mais uma Copa do Mundo, e eu tinha por volta de nove anos quando conheci um sujeito português que namorava uma amiga da minha mãe. Ele era alto, magro e translúcido de tão branco. Estava sempre com um cigarro preso entre os dedos ossudos e finos e falando sem parar sobre as grandes aventuras que viveu com as *raparigas* em Portugal. Mesmo após todo esse tempo, me recordo com clareza dos insultos constantes que ele fazia ao Brasil e, é claro, ao povo brasileiro, a quem comumente se referia como “lixos” e “merdas”. Lembro como se fosse ontem de uma cena específica quando estávamos assistindo ao jogo na TV e ele trouxe o cigarro, me olhou nos olhos e enquanto a fumaça escapava por entre seus dentes amarelos, disse: *“Esse lixo do Brasil nunca vai ser como Portugal”*.

Essa pesquisa, toda ela, é uma resposta tardia àquele sujeito. Parafraseando Lélia González (1984), agora “o lixo vai falar, e numa boa”.

2 “ESSA” LÍNGUA QUE NOS DIZEM

A fim de produzir inteligibilidade acerca de como a língua pode ser mobilizada para legitimar e perpetuar diversos sistemas de hierarquizações sociais, esta primeira seção busca lançar luz sobre alguns conceitos de língua. Em seguida, busca-se compreender como ela atua na configuração das ideologias linguísticas e suas implicações no que lhe concerne ao apagamento de povos, culturas e retóricas. Para isso, ancora-se em teorias e estudos de Marcos Bagno (2011), Thaís Batista (2021), Bauman e Briggs (2003), Frantz Fanon (2008) e bell hooks (2018).

2.1 A LÍNGUA COMO HIPÓSTASE

O que é “língua”? Existe uma noção definitiva e universal que possa abarcá-la por completo? Onde termina “a língua” e começam “as ideologias”? Ou ainda, é possível separar os dois termos dessa questão? Há fronteiras nítidas entre “língua” e “política”? E entre “língua” e aquilo a que chamamos de “sociedade”? Essas e outras questões acerca dos domínios e das fronteiras da noção de “língua”, algumas delas herdadas do duelo entre representacionistas e mentalistas na filosofia da linguagem (Silva, 2020), têm gerado uma série de debates e posições díspares, seja na Linguística, na Antropologia e na Sociologia, por exemplo. Em linhas gerais, o objetivo dessas eternas “batalhas linguísticas” seria encontrar uma definição que supostamente melhor descreveria o que, de fato, é “a língua”. Mas, afinal, isso é possível?

A princípio, vale ressaltar que a não-universalização do conceito de língua(gem) não necessariamente configura um problema aos estudos linguísticos ou muito menos se encontra restrita aos espaços acadêmicos, embora essa falácia seja bastante invocada nas defesas de certas posições. De acordo com os estudos de Luciano (2017) acerca dos povos indígenas da etnia Baniwa e suas relações com a língua, por exemplo, encontramos uma ideia de língua como “um fenômeno de comunicação sócio-cósmica, de vital importância na relação recíproca entre sociedades humanas e seres não humanos da natureza” (Luciano, 2017, p. 298). Assim, segundo esses povos, a concepção de linguagem compreende sociedade, natureza e língua como elementos amalgamados que confluem para a harmonia dos seres.

Sob uma outra perspectiva, o professor e linguista Marcos Bagno (2011), salienta que não há um conceito claro e seguro que possa ser utilizado para definir a língua, uma vez que “é praticamente impossível separar o que é propriamente linguístico, o que pertence à

estrutura e ao sistema linguístico (se é que isso existe) e o que é construto cultural, social, político, ideológico” (Bagno, 2011, p. 356). Ou seja, embora ainda se tente, a língua não pode ser compreendida como neutra, no sentido de que não há como desimplicá-la das mobilizações culturais, políticas e ideológicas que tanto a atravessam quanto a definem quando entram em jogo os significados atribuídos a ela em sua circulação.

Ainda segundo Bagno (2011), há um termo advindo da filosofia e apoderado pela teologia que poderia facilmente se encaixar na conjectura de língua, a *hipóstase*. Isto é, um “equivoco cognitivo que se caracteriza pela atribuição de **existência concreta** e objetiva (existência substancial) a uma **realidade fictícia**, abstrata ou meramente restrita ao caráter incorpóreo do pensamento humano” (Bagno, 2011, p. 358, grifos nossos). Em outras palavras, Bagno defende que as concepções produzidas acerca da língua, sejam elas positivas ou negativas, são perpassadas por imaginários linguísticos, formados por estereótipos e mitos que se solidificam entre os falantes e são herdados de geração em geração.

Dessa forma, quando se afirma que “o francês é muito elegante e sofisticado”, “o alemão é grosseiro e rude”, “o inglês é prático e moderno” ou “o italiano é exagerado”, o que entra em jogo aqui são opiniões e avaliações linguísticas alicerçadas em estereótipos culturais e sociais que nada tem de comprovação empírica ou científica e, portanto, são frutos de imaginários socioculturais projetados nas línguas e em seus usos (Bagno, 2011). Nesse sentido,

[...] por mais que alguns linguistas se empenhem em provar que ‘a língua’ não é essa hipóstase sociocultural (embora também não consigam dizer o que ‘a língua’ realmente é...), tal crença, profundamente enraizada na cultura ocidental, tem sérias, amplas, largas e profundas consequências sociais, políticas, pedagógicas, institucionais, culturais, etc. [...] a língua-hipóstase é ‘o nada que é tudo’, pois embora não tendo ‘existência concreta e objetiva’, suscita consequências sociais muito claras e palpáveis (Bagno, 2011, p. 258-259).

A partir dessa afirmação, torna-se notório o quanto a língua carrega um papel significativo e decisivo nas interações sociais, principalmente no que diz respeito às formações de alianças e disputas por poder. Não é atoa que uma das principais tecnologias mobilizadas com vistas ao domínio político, cultural, subjetivo e material de diferentes povos durante os processos de colonização seja o apagamento de línguas nativas. Nesse sentido, está diretamente articulado a diferentes formas de violência colonial, a qual é “interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício” uma vez que “o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera)” (Dussel, 2005, p. 204). Essa ação sacrificial da colonização vitimiza corpos e existências

linguísticas como dimensões distintas, porém interligadas, de sua lógica violenta de purificação. Enquanto essas são tidas como subalternas, impuras, incorretas e incivilizadas, as línguas dos colonizadores, vistas como superiores, imaculadas, corretas e civilizadas, são violentamente impostas enquanto veículo homogêneo e imprescindível à produção de identidades nacionais.

Esse processo de extermínio político de línguas, nomeado como linguicídio (Nascimento, 2019), é parte fundamental do apagamento de inúmeros falares dos povos originários e, conseqüentemente, do extermínio cultural, ancestral e histórico dos povos colonizados. Essas ações são impulsionadas por ideais de poder baseados em práticas de “purificação linguística” (Bauman e Briggs, 2000). Portanto, pensar a língua como um artefato ideológico, político e culturalmente construído de transformações sociais concretas não significa “deturpar a realidade”, mas, ao invés disso, afirmar a dimensão constitutiva da linguagem nisto a que comumente chamamos de “realidade”.

É mediante ações linguísticas que os mais diversos grupos sociais se constituem, se organizam e disputam poder entre si (Batista, 2021). Nesse contexto, as ideologias acerca da língua, ou melhor, as ideologias linguísticas, que ao serem mobilizadas em prol dos interesses políticos de certos grupos, se encarregam de pejar, excluir, perseguir, deslegitimar e apagar diferentes falares, retóricas e gêneros discursivos que nunca chegaremos a conhecer (hooks, 2008).

2.2 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E HIERARQUIAS RACIAIS

Antes de adentrarmos nas ideologias linguísticas propriamente ditas, faz-se necessário, antes de mais nada, compreendermos que o conceito de *ideologia* não se resume a um conjunto de opiniões individuais, mas, segundo Terry Eagleton (1997), a um sistema de crenças que é moldado pelas estruturas sociais e econômicas existentes. Eagleton argumenta que ideologia não se refere apenas a um agrupamento de ideias ou crenças políticas, mas se trata de um conceito mais amplo que abrange as formas como as ideias são usadas para manter e perpetuar estruturas de poder e controle em uma sociedade (Eagleton, 1997). De acordo com ele, a ideologia é constitutiva à cultura e à linguagem, influenciando a maneira como pensamos e interpretamos o mundo ao nosso redor.

Apesar da diversidade de orientações possíveis no campo dos estudos da ideologia, nos domínios da Antropologia Linguística, essa questão tem sido pensada na sua intrínseca relação com os usos linguísticos e seus significados sociais em contexto. Em certo sentido,

além de as ideologias assumirem o papel de moldar e influenciar as estruturas linguísticas em geral, os próprios empregos semióticos são alvos de processos de “ideologização”, ou seja, são racionalizados segundo padrões avaliativos específicos (Kroskrity, 2004; Woolard, 1998). Nesse sentido, Judith Irvine (1989, p. 255) toca em um ponto importante acerca da conceituação do que seriam ideologias linguísticas ao defini-las como “o sistema cultural (ou subcultural) de ideias sobre as relações sociais e linguísticas, juntamente com sua carga de interesses morais e políticos - que é um fator mediador crucial”. Logo, percebe-se a necessidade de se apontar os fatores políticos como críticos no processo de criação e manutenção de tais ideologias, uma vez que eles são os grandes responsáveis por mobilizar as relações sociais e conseqüentemente delimitar *o que* deve ser falado e *como* deve ser falado.

Consoante a isso, Araújo e Muniz (2016, p. 28) argumentam:

Partir do princípio de que as relações sociais são perpassadas pela linguagem significa que, mesmo na simples ação de se denominar ou denominar o Outro, os sujeitos estão agindo em suas práticas discursivas de forma política, ideológica, socialmente motivada e determinada, susceptíveis, portanto, às questões sociais, filosóficas, ideológicas, e aos contextos nos quais estão inseridos.

Um exemplo alarmante de como as ideologias acerca de uma “purificação da língua” serviram como base para a naturalização do racismo e outras práticas de segregação é apresentado por Bauman e Briggs (2003). Eles apontam como as ideologias linguísticas concebidas na Europa e nos Estados Unidos entre o século XVII e o final do século XIX, baseadas no ideal de “purificação linguística”, não apenas justificaram relações de poder – “fazendo parecer que subalternos falavam de modos que faziam sua subordinação necessária” (Bauman; Briggs, 2003, p. 17) - mas também alicerçaram uma base sólida para a tão conhecida e comprovadamente falaciosa “ciência da raça” (Pinto, 2018), que tinha como intuito a classificação e hierarquização de grupos humanos com base em características físicas, intelectuais e culturais.

É possível entender a “ciência da raça” como um conjunto de teorias infundadas e práticas pseudocientíficas que surgiu no século XVIII e XIX, impulsionada, sobretudo, pelo colonialismo e pela escravidão a fim de justificar e legitimar suas práticas hediondas (Stepan, 1991). Para os naturalistas e antropólogos defensores dessa pseudociência, diferentes raças humanas poderiam ser consideradas biologicamente distintas e, portanto, elaboraram critérios e estudos para comprovar a superioridade de umas em relação a outras. Assim, traços europeus eram tidos como “superiores, equilibrados e bonitos” e associados diretamente a ideias de “inteligência e educação” enquanato que o conjunto de características fenotípicas de

negros e indígenas eram culturalmente significados como “primitivas e pouco atraentes”, o que reforçaria a imagem de “ignorantes e incivilizados” perante a sociedade. Tudo isso, claro, alicerçados em ideologias brancocêntricas e hegemônicas, pois, como bem lembra a historiadora Nancy Stepan (1991), “as ideias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas” (Stepan, 1991, p. 33).

Assim, esse período histórico nos ajuda a compreender como as propriedades ideológicas atribuídas a grupos humanos, mais especificamente o racismo dirigido a pessoas negras, são projetadas em entidades socioculturais como as línguas, bem como vestuários, corpos, cabelos, sistemas religiosos, dentre outros, e passam a, de forma indicial ou metonímica, estar impregnadas da pejoração atribuída ao grupo social inicialmente depreciado. É por meio de um processo de transferência de propriedade semióticas e culturais entre elementos distintos, ao que Gal (2019) chama de iconização, que determinados usos semióticos de grupos subalternos passam a presentificar, em termos ideológicos aparentemente autônomos, suas características e valores específicos. Esses, por sua vez, mesmo na ausência explícita daqueles entes dos quais emergem os significados culturalmente negativos, servem para o constante reforço desses valores. Desse modo, apaga-se o processo de fabricação das associações que, então, passam a gozar de aparência de naturalidade tal como torna-se custoso desassociar certos sujeitos das propriedades avaliativas que lhe foram convencionadas.

Portanto, pensar em ideologias linguísticas é pensar em formas de manter o status quo de uma sociedade por meio de práticas de linguagens que reforçam estereótipos e induzem a diversos tipos de limitações e dominações. Um outro grande exemplo disso é o ideal difundido durante o período que antecedeu ao Terceiro Reich na Alemanha, o qual afirmava que “diferentes raças têm diferentes habilidades intelectuais” (Hutton, 1999, p. 262). Tal afirmação mostra como a ligação semiótica entre categorias raciais derivadas de processos de classificação política do humano e certas habilidades, dificuldades e/ou formas de manifestação intelectual, cultural ou religiosas específicas desses grupos, é parte fundamental da engenharia que naturaliza “verdades” racistas. Assim, torna-se notório o quanto essa estigmatização opressora acaba por delimitar quem terá ou não direito à cidadania e dignidade, inclusive linguísticas, bem como demarcam quais raças, línguas e corpos terão a garantia de uma vida plena, segura e estável e quais viverão para sempre à margem da sociedade.

É importante ressaltar como esse tipo de discriminação vai se tornando naturalizado, de modo que discursos racistas passam a solidificar-se socioculturalmente de geração em geração conforme forjam estigmas deturpados sobre populações racializadas, o que no Brasil corresponde a negros e indígenas. É nesse sentido que Frantz Fanon (2008) afirma que "um branco, dirigindo-se a um negro, comporta-se exatamente como um adulto com um menino, usa a mímica, fala sussurrando, cheio de gentilezas e amabilidades artificiosas" (Fanon, 2008, p. 44). Essa dinâmica explicitada pelo autor aponta como o racismo, por meio de artifícios linguísticos, não apenas marginaliza os povos negros, como também os infantiliza, diminui e subordina, tomando-os seres inferiores e subdesenvolvidos.

Ao afirmar que "falar é existir absolutamente para o outro" (Fanon, 2008, p. 20) é seguro reconhecer que a fala é capaz de não apenas nos representar (social, cultural e historicamente), mas principalmente de agir no sentido de definir ante o olhar do outro. E é com base nessa definição que se estabelecem as relações de poder, uma vez que "falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura" (Fanon, 2008, p. 36). Assim, é por meio da própria língua que se instituem as inúmeras formas de segregação e opressão e é também por meio dela que essas hierarquizações são mantidas, reforçadas ou desafiadas.

Portanto, torna-se cada vez mais nítido o quanto as ideologias linguísticas que servem a projetos de hierarquização de formas de vida com base em argumentos supostamente linguísticos perpetuam desigualdades e mascaram os diversos tipos de violência que já não são completamente naturalizados. Nesse cenário, o discurso racista propriamente dito é "a última coisa a ser dita" (Bourdieu, 1991, p. 153), então o imperativo de hierarquização racial reveste-se da aparência de "preocupação", e a perseguição e o apagamento linguístico, socialmente condenáveis, assumem um papel de racismo simbólico (Blackledge, 2006, p. 68). Ou seja, as hierarquias raciais e linguísticas vão se formando e se retroalimentando por meio de uma zona permanente e cada vez indefinida de indistinção.

3 A TRÍADE “UM POVO, UMA NAÇÃO, UMA LÍNGUA”

Após refletir sobre o papel das ideologias linguísticas na concepção de hierarquias e subalternização de povos e línguas, nesta seção discuto sobre o processo de “invenção” das línguas e seus propósitos ideológicos e políticos em razão da empreitada colonial, assim como busco tecer algumas reflexões acerca dos efeitos do colonialismo linguístico na constituição de hierarquias sociais. Finalmente, baseado nos estudos de bell hooks (2018) e Gabriela Veronelli (2021), apresento algumas possibilidades de subversão das estruturas linguísticas brancocêntricas e dominantes.

3.1 POR UMA (DES)INVENÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Makoni e Pennycook (2005) salientam que o processo de “invenção das línguas” surge com propósitos de dominação e de cristianização dos povos originários que, por sua vez, eram tidos pelos portugueses colonizadores como uma lousa em branco que carecia ser preenchida por um conjunto de valores culturais, religiosos e linguísticos provenientes da Europa (Espírito Santo; Santos, 2018). Nesse sentido, ao afirmar que “para descrever o português, é preciso inventá-lo de antemão”, Pinto (2013, p. 124) nos convida a (re)pensar sobre os sentidos atribuídos às línguas, que, no que lhes diz respeito, não são “dadas” ou “descobertas”, mas socioculturalmente forjadas com propósitos ideológicos e projetos políticos bem definidos. Assim, torna-se primordial compreender de que forma as discursivações linguísticas, isto é, os discursos produzidos acerca das línguas, contribuíram e contribuem até os dias de hoje para a produção e perpetuação de hegemonias, hierarquizações e desigualdades culturais e humanas (Errington, 2001).

Nesse sentido, compreende-se que as línguas foram manipuladas em prol da empreitada colonial e discursivadas com intuítos de dominação, os quais se estendiam para além de territórios, tratando-se também de parte integrante do projeto de dominação dos povos colonizados (Severo, 2016). Dessa forma, o projeto colonial compreende uma “matriz colonial de poder (colonialidade) de exploração e controle de terras, povos e línguas, que passaram a ser nomeados e detalhadamente descritos” (Severo, 2016, p. 12). Ou seja, a gramatização das línguas locais, a exemplo das próprias gramáticas e dicionários das línguas indígenas originárias do Brasil, possibilitou não apenas a introdução dos letramentos nas sociedades orais, como também criou condições de hierarquização entre as línguas que desempenharam papéis significativos durante o projeto colonial (Makoni; Meinhoff, 2004;

Irvine, 2008; Auroux, 2009; Severo, 2016). Isso porque “as línguas e sua organização hierárquica sempre integraram parte do projeto civilizador e da ideia de progresso” (Mignolo, 2005, p.94, tradução nossa).

Assim, nesse processo de dicionarização, as línguas faladas pelos diferentes povos nativos foram agrupadas e catalogadas, recebendo um rótulo de “língua geral”, por meio de um violento processo de “homogeneização das diferenças linguísticas e culturais mediante a construção de uma categoria genérica e simplificada para enquadrar as línguas indígenas” (Severo, 2016, p. 1324). Do mesmo modo, a tradução da Bíblia e de textos religiosos para o português e para línguas indígenas, por exemplo, também permitiu a expansão da influência religiosa e, por extensão, do controle cultural. Dessa forma, a lusofonia no contexto colonial atuou de maneira decisiva através do ensino e da religião a fim de validar o que “de fato” seria uma “língua” com base em epistemias eurocêntricas (Auroux, 2009). De acordo com Severo (2016), esses acontecimentos

[...] ajudam a constituir a matriz de poder na qual a experiência colonial se enraíza e a partir da qual ela é discursivizada. Tal experiência produz efeitos em quatro esferas interligadas (MIGNOLO, 2005): (i) econômica, pela apropriação de terra e exploração da mão-de-obra escrava; (ii) política, pela imposição da autoridade, violência e hierarquizações de povos; (iii) social, pelo controle do gênero e da sexualidade; (iv) epistêmico e subjetivo, pela apropriação, produção e imposição de conhecimentos e formas de ser (Severo, 2016, p.14).

Nessa perspectiva, as línguas precisaram ser inventadas a fim de se estreitar as relações entre sujeito, nação e território (Canagarajah, 2013). Ou seja a tríade: um povo, uma nação/território, uma língua, é “o cerne da ideologia nacionalista” e, no entanto, “tem papel fundamental no uso da linguagem como estratégia de colonização do saber” (Oliveira, 2018, p. 27).

Portanto, ao se pensar nos processos de “invenção das línguas”, torna-se imprescindível compreender fatores sociolinguísticos específicos responsáveis por criar não somente “as línguas”, mas também por contribuir para a invenção e subalternização de certas culturas, vivências, crenças e identidades. Fica evidente, então, que “falar do processo de invenção das ‘línguas’ é também falar, de um lado, sobre processo de invenção de um grupo, e de outro, sobre o apagamento de identidades” (Espírito Santo; Santos, 2018, p.155).

3.2 OS EFEITOS DO COLONIALISMO LINGUÍSTICO

Nessa perspectiva, percebe-se que os discursos produzidos acerca da “língua portuguesa” em muito contribuíram para o sucesso da colonização europeia no Brasil (Bagno, 2011). Desse modo, as práticas de gramatização das línguas indígenas por meio de uma “perspectiva eurocêntrica e colonial impulsionou a invenção das ‘línguas’ no Brasil e instaurou uma forma única e ‘correta’ de se expressar em ‘português’” (Espírito Santo, Santos, 2018, p.155), resultando em práticas de apagamento e desvalorização de quaisquer outras formas linguísticas que fujam da tão prestigiada “língua padrão” e, por conseguinte, “relegando a níveis de ‘iletrados’ ou ‘populares’, os falantes de uma ‘variedade’ ou ‘dialeto’ que não seguem as regras gramaticais dessa ‘língua’” (Espírito Santo, Santos, 2018, p.155).

Nesse contexto, a modernidade — ainda fortemente atrelada aos ideais coloniais — solidificou uma série de “regimes de verdade” (Foucault, 1984; Shohat; Stam, 2006) acerca dos povos colonizados e de como a língua foi “criada” e como “se modifica”. Esse fenômeno, por sua vez, está diretamente relacionado com as narrativas socioculturais que ganharam forma com o passar do tempo e se encarregaram de apagar e ocultar uma série de discursos violentos sobre a empreitada colonial e suas tarefas linguísticas e culturais.

Em seu livro *"How to do things with words"* (“Como fazer coisas com palavras”), John Austin (1975) discute como as palavras não são apenas usadas para descrever o mundo, mas também para realizar ações. O autor argumenta que ao falar, não estamos apenas comunicando informações ou relatando acontecimentos, mas também executando atos de fala que têm efeitos reais no mundo. Sendo assim, na ação de narrar uma situação ou evento histórico, como o “descobrimento do Brasil” e os processos de linguicídio, uma série de posicionamentos políticos e projetos sociais estão imbricados na fabricação dessas narrativas que, sob nenhuma hipótese, se apresentam como neutras. Em outros termos, ao falar sobre como as coisas no mundo são/foram, o que entra em jogo não é a mera narração dos eventos, mas a forma como o discurso sobre o que é dito produz efeitos de sentidos que ajudam a desconstruir o que está sendo relatado.

Vale ressaltar, porém, que os atos de fala não legitimam hierarquias linguísticas e sociais por si mesmos, mas sob efeito de diferentes instâncias as quais reforçam ou desafiam essas hierarquias, a depender do contexto social, político e cultural em que são mobilizados. A análise crítica dos usos linguísticos, ou seja, dos discursos sobre línguas, gramáticas e suas propriedades, é parte fundamental do processo de compreensão de como hierarquias

linguísticas, partes constitutivas de hierarquias ontológicas, epistemológicas e políticas, são mantidas ou contestadas na sociedade.

Nesse cenário, nota-se que as discursivações acerca do colonialismo linguístico acabam por moldar o imaginário sócio-cultural de uma nação, produzindo e alicerçando bases ideológicas coloniais que atribuem diferentes valores às línguas. Essa valoração está atrelada a expedientes de produção, legitimação e validação de diferenças socialmente percebidas e hierarquizadas. Isso porque o colonialismo linguístico, iniciado durante o período histórico de colonização do Brasil, tem um impacto profundo na configuração das desigualdades linguísticas e sociais no país. Uma das principais consequências desse processo é a marginalização de certas línguas e culturas e a promoção de um ideal linguístico baseado em ficções de homogeneidade sociolinguística, as quais podem ser bem predicadas pela ideia de monolingüismo (Espírito Santo; Santos, 2018).

Consoante a isso, Bagno (2011) reafirma a relevância das condições econômicas, sociais, políticas e culturais nesses processos de nomeação e de controle das línguas e, principalmente, no que diz respeito à expansão e subvalorização de umas em detrimento a outras, que passam a ser “rebaixadas” ao que hoje conhecemos por “dialetos” (Pinto, 2013). Desse modo, é importante pontuar que a relação entre linguagem e hierarquias sociais não é unidirecional. Enquanto certos usos linguísticos podem reforçar hierarquias cristalizadas, configurações sociais que as desafiam podem regimentar condições para a emergência de discursos desestabilizadores.

Em uma análise detida sobre o papel da linguagem no processo de dominação e de resistência das comunidades negras falantes de inglês nos EUA, bell hooks (2008) posiciona a língua como artefato central em projetos de emancipação e de subversão das estruturas de poder estabelecidas por culturas brancocêntricas dominantes. Nesse sentido, a autora salienta:

Quando eu preciso dizer palavras que fazem mais do que simplesmente refletir ou se dirigir à realidade dominante, eu falo o vernáculo negro. Lá, nesse lugar, nós fazemos o inglês fazer o que nós queremos que ele faça. Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem (hooks, 2008, p. 863-864).

Dessa forma, a autora enfatiza que ao adotar a linguagem do opressor e usá-la de maneira crítica e contra-hegemônica, é possível desafiar as estruturas de poder e afirmar sua própria agência e identidade na/pela linguagem. Em outros termos, a apropriação das línguas utilizadas nas empreitadas coloniais como “instrumento” de violência, de dominação, de

domesticação e de civilização é parte importante da contestação da “colonialidade da linguagem”, tal como propõe Gabriela Veronelli (2021). Essa referência crítica do pensamento decolonial latinoamericano sustenta que a colonialidade não diz respeito apenas à classificação racial, mas, ao além disso, corresponde a “um fenômeno integral e global que permeia todos e cada um dos aspectos e situações da existência social”, uma vez que “a distribuição das hierarquias, lugares e papéis sociais é racializada e geograficamente diferenciada” (Veronelli, 2021, p. 84).

No que tange a invenção do português como língua homogênea, pura e civilizada, o que está em jogo são políticas de pejoração e de apagamento das línguas indígenas e africanas dos grupos humanos subjugados e exterminados na tarefa colonial. Essa lógica hierarquizante, que inclusive governa discursos contemporâneos sobre línguas e seus grupos culturais, perpetua esquemas de poder e de saber coloniais, os quais estão baseados no intrincamento entre “linguagem e território, linguagem e poder político e jurídico, linguagem e escrita, linguagem e Deus”. Em face dessas articulações, o cerne de ideologias linguísticas coloniais (ver Capítulo 1) e de seus discursos em circulação pode ser definido pela máxima “a linguagem dos colonizadores é a linguagem” (Veronelli, 2021, p. 90, grifo da autora).

4 CONTEXTO DE PESQUISA, HISTÓRIA DOS DADOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

Nesta terceira seção, elaboro alguns comentários acerca da matéria publicada pelo Diário de Notícias enquanto proponho algumas considerações no que tange aos relatos apresentados pelos pais e professores sobre os casos noticiados. Assim, baseado nos estudos de Foucault (1977), Roubin (1984) e Silva (2022) a respeito dos “pânicos morais” e dos “saberes autorizados”, busco interpretar a matéria de forma crítica e analítica a fim de (re)pensar certas escolhas linguísticas empregadas ao longo da matéria e os efeitos de sentido que elas provocam. Ademais, ainda nesta seção, estabeleço as etapas metodológicas percorridas na pesquisa, bem como apresento os construtos intercessores para a realização das análises, em uma relação dialética entre teorias e dados.

4.1 UMA “EPIDEMIA DE PORTUGUÊS BRASILEIRO”: O CASO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

No dia 10 de novembro de 2021, o site Diário de Notícias publicou uma matéria³ intitulada “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*”, com o intuito de alertar a comunidade lusitana para um fenômeno linguístico crescente em Portugal, o qual vinha preocupando cada vez mais pais e professores. Esses, por sua vez, alegavam que muitas crianças portuguesas estariam “falando como brasileiros” em razão do consumo excessivo de conteúdos *online* de *youtubers* brasileiros, mais especificamente dos vídeos do *youtuber* Luccas Neto. “Dizem grama em vez de *relva*, *autocarro* é ônibus, *rebuçado* é bala, *riscas* são listras e leite está na geladeira em vez de no *frigorífico*”, denuncia o início da matéria.

Popularmente conhecido por seus vídeos voltados ao público infantil, Luccas Neto, de 29 anos, é irmão do também *youtuber* Felipe Neto, e possui um dos canais mais famosos na plataforma de vídeos⁴, contando com mais de 40 milhões de inscritos no momento da pesquisa e uma legião de fãs ao redor do mundo inteiro, incluindo, é claro, Portugal. Um dos argumentos apresentados por Paula Sofia Luz, redatora responsável pela reportagem do Diário de Notícias, aponta o período de isolamento social em razão da pandemia de covid-19

³ Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>
Acesso: 10 nov. 2023

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/@lucastoon>. Acesso: 10 nov. 2023.

como um dos principais fatores que impulsionou crianças portuguesas a consumirem de forma excessiva conteúdos *online* advindos do Brasil.

Além disso, uma das estratégias da matéria para justificar a suposta gravidade da ameaça linguística à pureza das crianças portuguesas e sua língua é apresentar relatos de pais, professores e especialistas, atores sociais cuja legitimidade no assunto seria inquestionável. Produzindo comentários metalinguísticos sobre certas marcas que apontariam para uma identidade brasileira no “falar português”, o texto da matéria assume uma retórica de denúncia (Silva, 2022) e ativa “pânicos morais” (Roubin, 1984) em torno de uma suposta degeneração da língua em curso. Como discute Silva (2022, p. 82) acerca das plataformas retóricas nacionalistas da extrema-direita brasileira no campo do gênero e da sexualidade, esses pânicos “atuam com vistas a conter mudanças sociais em curso e a alterar os rumos de acontecimentos políticos desfavoráveis a grupos hegemônicos”.

Laura não diz que vê um *policia* na rua mas sim um *policial*, a *relva* é *grama*. Come *tudinho*. Já Iara pediu à mãe uma *bala* no supermercado e ‘isso foi um **sinal de alarme**’, conta ao DN Ana Marques, que no mesmo dia percebeu que ‘não podia deixá-la sozinha com o tablet, porque apesar de ser muito autónoma, só tinha quatro anos’. António, da mesma idade, começou a dar **sinais de alerta** há já algum tempo. Ao princípio, a família até achava alguma **piada** à forma como ele falava, às expressões brasileiras. Mas à medida que o tempo foi passando, a educadora de infância começou a **preocupar-se** e **foi dando sinais**, porque o menino não conseguia dizer os r's nem os l's (Diário de Notícias, 2021) (grifos meus).

O relato a seguir, por exemplo, mostra a preocupação de uma das mães que recorreu a um “terapeuta da fala”, a fim de “solucionar o problema”. Segundo informações do blog Saúde e Bem-Estar PT⁵, em Portugal, a “terapia da fala” é a área responsável pela “prevenção, avaliação, intervenção e estudo científico das perturbações da comunicação humana”, uma especialidade desenvolvida no âmbito da medicina, da psiquiatria e da psicologia. Nesse sentido, a incorporação de elementos linguísticos do português brasileiro na fala da de crianças portuguesas, falantes do português europeu, é enquadrado no campo discursivo das patologias, ou seja, daqueles fenômenos que degeneram um suposto estatuto de saúde e, portanto, carecem de certas intervenções clínicas e terapêuticas de sujeitos e saberes autorizados com vistas a devolução de sua condição de coisa saudável (Foucault, 1977).

A evocação do discurso de uma “clínica da língua”, parafraseando a obra de Michel Foucault, aponta para certos sentidos de normalidade/anormalidade engenhosamente

⁵ Disponível em: <https://www.saudebemestar.pt/pt/blog/terapia-da-fala/>. Acesso: 10 nov. 2023.

articulados a práticas de diferenciação de base colonial. Em certo sentido, o alerta epidemiológico emitido pela matéria chama a atenção da população portuguesa para uma “epidemia de português brasileiro”, a qual necessita de tratamento específico e, sobretudo, de uma profilaxia efetiva.

Todo o discurso dele é como se fosse brasileiro. Chegámos ao ponto de nos perguntarem se algum de nós era brasileiro, eu ou o pai’, conta ao DN a mãe, Alexandra Patriarca, numa altura em que o pequeno seguidor de Luccas Neto já frequenta sessões de **terapia da fala**. “Neste momento estamos num processo de **tratamento como se fosse um vício**. Explicámos-lhe tudo, que ele não podia ver porque **isto só o prejudica**. E já notamos que está muito melhor. O que tentamos fazer agora é brincar mais com ele, bloqueámos alguns conteúdos, deixámos apenas a Netflix e tudo o que é em português de Portugal”, acrescenta a mãe (Diário de Notícias, 2021) (grifos meus).

Ademais, além das preocupações dos pais que assemelham a influência do português brasileiro sobre o europeu na fala das crianças com “vícios” (*“O que sei, e tenho vindo a conversar com as minhas colegas, é que os meninos estão viciados, tal qual como os adolescentes estão com os jogos, por exemplo”*), a matéria também nos apresenta outros pontos de vista que afirmam ser preciso “relativizar” tal fenómeno, como fizeram com as novelas brasileiras transmitidas em Portugal. “Eu penso que poderia ser interessante incorporar estas linguagens na escola. Porque elas podem ser desconstruídas e trabalhadas”, afirma Catarina Menezes, professora de linguística e coordenadora de licenciatura em comunicação. “Podemos ver como é que palavras diferentes podem designar uma mesma realidade, sobretudo em diferentes contextos culturais. [...] E não é preciso dramatizar, porque tudo faz parte da vida da língua”, defende ela.

Sendo assim, como parte desse processo amplo de fabricação discursiva acerca da língua e da cultura brasileira, as novelas produzidas no Brasil e transmitidas massivamente em Portugal, como bem lembrado por Catarina, podem ser tomadas como exemplo fundamental para entender que a propagação e consumo de produtos culturais brasileiros não tem seu início na atualidade com o avanço da globalização, mas datam na década de 70 após a promulgação da Constituição Democrática em Portugal, que restabeleceu sua democracia liberal após o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental durante o séc. XX, o qual durou 48 anos.

4.2 ANTES DO *YOUTUBE* EXISTIU GABRIELA

Produzida pela *Rede Globo* e transmitida pela primeira vez em Portugal no ano de 1977, a telenovela *Gabriela* inaugura no país uma nova forma não apenas de consumir produções exportadas do país vizinho, mas também de repensar uma série de questões socioculturais e estilos de vida proveniente delas. Essas praxes, por sua vez, impulsionaram o surgimento de novos estilos de vida e de consumo que serviram para modificar certos comportamentos que iam desde hábitos rotineiros que passaram a ser replicados pelos portugueses como, por exemplo, a liberação de “beijinhos” entre namorados em ambientes públicos, até mudanças mais concretas como alterações de rotinas estabelecidas para o jantar em adequação aos horários de transmissão da telenovela (Policarpo, 2001). A partir disso, algumas reflexões podem ser concebidas a respeito de como a cultura brasileira, por meio dessa produção, passou a ser interpretada pelas mais distintas classes sociais portuguesas que compunham a audiência televisiva da época (Hall, 1980, p. 131).

Tendo em vista que a quantidade de aparelhos de televisão por mil habitantes era por volta de 150⁶ e que o hábito de assistir às novelas em cafés, restaurantes, associações de moradores e outros grupos era algo costumeiro na época, pode-se depreender que a quantidade de interação entre os telespectadores aumentou significativamente, o que resultou em uma série de discussões a respeito da trama e de todos os aspectos culturais e sociais advindos da produção brasileira. “A Gabriela já lá ia e só ela realiza o milagre de juntar toda a gente, à mesma hora, em frente do televisor e, pelos vistos, por mais que isso nos espante, com sentimentos semelhantes...” (Dionísio, M. 1977, p.18).

É somente em 1983, quando o número de telespectadores havia atingido altos índices, que começam a surgir as primeiras preocupações relacionadas à audiência, que passou a ser “controlada” pelos espectadores em razão do princípio “é o público quem manda”. Assim, tais adaptações no horário nobre deram origem a grades de programação cada vez mais voltadas ao entretenimento e a programações estrangeiras, ao passo em que conteúdos políticos eram reduzidos consideravelmente (AGEE e TRAQUINA, s.d.).

Nesse contexto, tiveram início por volta de 1987 alguns estudos a fim de compreender os sentidos ideológicos das telenovelas brasileiras para o público português (Viegas, 1987, p. 21-22). No primeiro deles, realizado por José Manuel Leite Viegas (1987), o autor já demonstrava certa preocupação por parte da população com o perigo crescente da hegemonia

⁶ BARRETO, A. (org.) A situação social em Portugal. Op. cit., p.146, 1996.

do “falar brasileiro” e dos “brasileirismos” incorporados à cultura portuguesa. Fica evidente, portanto, que o interesse em torno de uma “pureza” linguística, social e cultural, por parte de uma grande parcela da população portuguesa, não teve início com Luccas Neto ou com o avanço crescente da globalização digital, mas encontra suas raízes em um período histórico mais remoto e com bases ideológicas monolíngues concebidas desde o início da democratização do país.

Nesse sentido, é seguro afirmar que as novelas brasileiras tiveram uma recepção calorosa e duradoura em Portugal e afetaram significativamente diversos aspectos nos âmbitos sociais, culturais e linguísticos do país europeu. No entanto, vale salientar que essa popularidade não se limita apenas às produções televisivas, uma vez que uma série de outros produtos culturais brasileiros como o *funk*, o samba, os memes, entre outros, estão sendo cada vez mais incorporados à cultura midiática juvenil do país. Um grande exemplo de como essa cultura está cada vez mais enraizada no dia a dia dos portugueses é apresentado por Catarina Silva através de uma matéria⁷ publicada no site português Notícias Magazine. Intitulada “*Um Brasil que se entranha cada vez mais em Portugal*”, a matéria salienta que:

“Há tapioca e pão de queijo nos supermercados, pululam os restaurantes típicos do país do Cristo Redentor, ouve-se funk e sertanejo nas rádios e nos bares, dança-se samba, a estética conquista terreno e o sotaque ritmado está em todos os recantos. A vaga migratória que chega da outra margem do Atlântico - sem paralelo nos últimos 20 anos - tem trazido em força a cultura do Brasil na mala. Que por cá se tem enraizado numa fusão tão rica quanto inevitável” (Notícias Magazine, 2022).

Percebe-se, pois, que a apropriação da cultura, da língua e de diversos outros aspectos sociais brasileiros por parte dos portugueses tem sido influenciada por inúmeros fatores, incluindo a exposição a mídias brasileiras, a crescente comunidade brasileira em Portugal e o desejo de explorar uma cultura lusófona diversificada. A Internet e as redes sociais, em especial, atuam de forma significativa para que os jovens portugueses acessem informações sobre o Brasil e acompanhem tendências culturais em tempo real, ao passo em que interagem com brasileiros *online* e partilham de uma infinidade de recursos comunicativos, como as gírias, os sotaques e os memes. Assim, as interações digitais proporcionam espaços complexos para que as mais variadas formas de diálogos e controvérsias emergam.

É tomando como base esse cenário dialógico virtual que, após a publicação da matéria “*Há crianças portuguesas que só ‘falam brasileiro’*”, uma série de discussões acerca do

⁷ Disponível em:

<https://www.noticiasmagazine.pt/2022/um-brasil-que-se-entranha-cada-vez-mais-em-portugal/historias/279205/>
Acesso: 12 nov. 2023.

tema ganharam espaço nas redes sociais, trazendo à tona posicionamentos alicerçados em ideologias linguísticas distintas sobre questões identitárias e coloniais. Assim, por meio de plataformas *online* como o *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Tik Tok* ou na própria aba de comentários da matéria, inúmeros usuários, em sua maioria brasileiros e portugueses, envolveram-se em interações discursivas acerca do ocorrido conforme mobilizaram argumentos favoráveis ou contrários à matéria. Seja por meio de críticas ao próprio texto ao alegarem certo teor xenófobo presente “nas entrelinhas”, ou através de piadas que ironizavam e comparavam o fenômeno a um novo tipo de “colonização reversa” ou “invasão digital”, o fato é que esses espaços de interação conceberam um ambiente propício para que uma série de controvérsias discursivas e metapragmáticas se desenvolvessem e ganhassem atenção pública.

Depois de apresentado um enquadramento sociocultural mais amplo do fenômeno sociolinguístico pesquisado, bem como o contexto da controvérsia *online* em questão, passarei a discutir as escolhas metodológicas empregadas para a geração de dados e os intercessores analíticos que foram mobilizados para sua interpretação.

4.3 ETNOGRAFIA DIGITAL: FERRAMENTA PARA A INVESTIGAÇÃO DA LINGUAGEM NA VIDA SOCIAL

A atual pesquisa se caracteriza pela adoção da etnografia digital como ferramenta para a investigação social da linguagem, seguindo as perspectivas de Christine Hine (2000, 2009, 2015), Guimarães Jr. (2005), além de Rutter; Smith (2005), as quais buscam, a partir de princípios da etnografia clássica na antropologia, pensar as relações de sociabilidade e a produção de sentidos culturais de sujeitos engajados em práticas sociais *online*. Assim, compreende-se que as plataformas digitais assumem papéis decisivos de reflexividade social (Giddens, 1991), ao possibilitar que os usuários produzam elaborações sobre suas identidades e, eventualmente, disputem narrativas sociais cristalizadas, a exemplo do que acontece em práticas digitais nas quais são desafiados valores hegemônicos a respeito das línguas e de seus papéis identitários (Silva, 2019b).

Desse modo, partindo do interesse por uma linguística crítica (Muniz, 2016), a adoção da etnografia digital não apenas como método de pesquisa, mas também como um fazer epistemológico sobre a linguagem em contexto, se justifica, sobretudo, pelas perspectivas pragmáticas e semióticas sobre a linguagem que guiam este trabalho. Desse modo, a etnografia digital realizada, entre junho e outubro de 2023, teve como objetivo analisar as

ideologias linguísticas (Pinto, 2018) mobilizadas por sujeitos engajados em comentários⁸ na rede social *Facebook*, a respeito da matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*”, publicada no dia 11 de novembro de 2021 pelo perfil oficial do Diário de Notícias na rede social.

A postagem, que contava com 177 reações, 251 comentários e 47 compartilhamentos no momento em que a pesquisa foi realizada, trazia um *link* que direcionava os usuários para o site oficial em que teriam acesso à matéria na íntegra (ver FIGURA 1).

FIGURA 1 — *Post no Facebook da página Diário de Notícias sobre a matéria*



Fonte: Facebook (2023)

Como defendido por Dell Hymes (1996), a ação de etnografar implica numa observação participativa e numa apresentação construída dos dados. Isso é, ao propor um estudo com esse tipo de abordagem, é imprescindível enfatizar que a prática da etnografia não se resume a uma observação passiva, mas envolve uma participação ativa e profunda no ambiente estudado, bem como a construção de uma representação cuidadosa e interpretativa

⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/DiariodeNoticias.pt/posts/pfbid02wBJiT6aMWqL85MHCJ2z8wZZfapcSdcUhDkwS2vBbhaMcEaZ4iDwa43TVTmEEJePFI>. Acesso: 12 nov. 2023.

dos dados analisados. Essa construção, por sua vez, refere-se ao modo como os dados observados durante a pesquisa etnográfica são interpretados, organizados e apresentados. Em vez de apenas relatar fatos brutos, a pessoa responsável pela etnografia constrói uma narrativa (Garcez; Schulz, 2015) ou uma representação dos dados que captura a complexidade e a significância das interações e práticas observadas. Como bem pontua Thaís Batista (2020, p. 297), “as formas como os dados serão gerados e analisados são escolhas, por isso não são neutras, pois a geração e o olhar que se dá aos dados sempre partem de algum lugar”.

Nesse sentido, Blommaert e Jie (2019) apontam que os eventos sociais não podem ser compreendidos como aleatórios, e sim detidos de contextualizações e ordens, pois, segundo eles, “o que quer que as pessoas façam, elas o fazem em um ambiente social real no qual todos os tipos de forças operam: cultura, linguagem, estrutura social, história, relações políticas e assim por diante”. Do mesmo modo, ao se pensar nas redes sociais como espaços digitais de reprodução, legitimação e perpetuação de ideologias (linguísticas) e discursos, também se torna fundamental compreender os processos de contextualização e ordens discursivas (Foucault, 1970) que atravessam e impactam as mais variadas formas de interações e controvérsias.

Assim, ao refletir sobre esse cenário pós-digital em que as interações *online* emergem em ritmos cada vez mais acelerados, os estudos em Antropologia Linguística vêm ganhando mais notoriedade ao proporem lançar luz sobre (1) como questões sociais estão sendo descontextualizadas e recontextualizadas nos ambientes digitais e (2) de que formas os posicionamentos interacionais *online* indexalizam discursos racistas, homofóbicos, misóginos, coloniais, entre outros. Dessa forma, a prática discursiva aqui é entendida como “uma realização interacional durante a qual processos locais de negociação de sentidos indexalizam processos socioculturais mais amplos” (Fabrício, 2013, p. 155).

Em paralelo a isso, Ico Maly (2023) chama a atenção para a forma como os meios digitais formatam e governam as interações interpessoais e, dessa forma, possuem impactos significativos nas configurações sociais em geral. Segundo ele, ao se pensar nos estudos das ideologias é indispensável ter em mente que nas sociedades pós-digitais contemporâneas as “ideologias têm a forma que têm, não só como resultado de todo o campo de luta social entre os diferentes grupos, mas também porque estas ideologias são co-construídas pela mídia digital” (Maly, 2023, p. 4, tradução nossa).

É partindo dessa interpretação das redes digitais como agentes decisivos nos processos interacionais *online/offline* que, conforme apontam Cabral e Lima (2017), as redes sociais tornaram-se um palco dialógico em que a ordem dos conflitos prevalece em

detrimento à ordem da harmonia. Nesse sentido, o *Facebook* foi escolhido por se tratar de uma rede social que se constitui como uma arena discursivo-interacional ao possibilitar que seus usuários, de qualquer lugar do mundo, reflitam, socializem e debatam por meio dos mais diversos tipos de posicionamentos. Entretanto, é importante ressaltar que, conforme aponta Varis (2014), o *Facebook* só deve fazer sentido se for visto como um “contexto”, uma vez que a rede social não é tida como algo estático ou consistente, mas sim como “uma construção ideológica da mídia moldada por, entre outras coisas, a maneira como usuárias veem este meio em relação a outros meios de comunicação” (Varis, 2014, p. 6).

Nesse sentido, os dados da pesquisa em tela foram selecionados, agrupados e analisados, ou seja, produzidos, no período de junho a outubro de 2023, guiados pelos princípios da etnografia digital (Pinto *et al.*, 2022) que visam investigar os espaços digitais e suas relações com certos padrões sociais, culturais, linguísticos e ideológicos dos sujeitos em interação. Desse modo, ao adotar a seção de comentários da página oficial do Diário de Notícias no *Facebook*, o trabalho se propõe a investigar esse espaço interacional *online* através de uma perspectiva da Antropologia Linguística e da Linguística Aplicada indisciplinar (Moita-Lopes, 2006; Borba, 2016; Fabrício, 2020; Silva, 2020) a fim de cartografar e analisar de quais formas os posicionamentos dos usuários nesse ambiente indexalizam ideologias linguísticas coloniais. Assim, é fundamental salientar a necessidade de uma pesquisa etnográfica detida de instrumentos teóricos analíticos flexíveis e precisos durante todo o processo de investigação nos ambientes digitais (Blommaert; Smits; Yacoubi, 2018 *apud* Pinto, 2022) para que sejam atingidos os objetivos desejados.

4.4 INTERCESSORES TEÓRICO-ANALÍTICOS

Para compor a base teórica das análises, optou-se pela concepção de indexicalidade de Michael Silverstein (2003), oriundas das perspectivas epistemológicas da virada pragmática, as quais trouxeram um novo direcionamento para a forma como compreendemos os signos e como eles apontam para determinados contextos. Tal conceito, por sua vez, foi definido por Bauman e Briggs (2006, p. 200) como “indicadores de contextualização”, ou seja, aqueles que “sinalizam quais elementos do cenário são usados pelos participantes na interação para produzir os enquadres interpretativos”. Assim, é pensando nessa capacidade de os signos (não apenas linguísticos) apontarem para elementos contextuais como identidade, poder, pertencimento e intenção comunicativa que a pesquisa desenvolve-se e toma forma.

Ao compreender que os sujeitos em interação, engajados em plataformas digitais de redes sociais, produzem, dentre outros artefatos semióticos, comentários que se utilizam de cópias, recortes e colas de certos fragmentos textuais para efetivar suas construções argumentativas, a pesquisa toma como pressupostos analíticos os processos de entextualização, descontextualização e recontextualização (Bauman; Briggs, 1990; Blommaert, 2010). Essas noções sobre a mobilidade de signos semióticos são úteis para identificar e analisar as pistas contextuais responsáveis por relacionar os enquadres micro (discursos) aos macrosociais (Discursos) (Gee, 2004) que, conforme Silverstein (2003), são imprescindíveis para as investigações de qualquer estudo sociolinguístico. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de observar criticamente processos de contextualização durante os processos de análises dos dados, uma vez que esse movimento “envolve um processo ativo de negociação no qual participantes examinam reflexivamente o discurso em sua emergência, inserindo avaliações sobre sua estrutura e significado” (Bauman, Briggs, 2006, p. 201) que são, por sua vez, “culturalmente construídos, socialmente constituídos e reforçados por ideologias”.

Dessa forma, retomando a aba de comentários da publicação no *Facebook* sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*”, percebeu-se que os usuários (anônimos ou não, e de diferentes localidades geográficas) realizaram uma série de entextualizações em suas interações discursivas ao atribuírem novos sentidos e significados que são, por sua vez, recontextualizados pelos outros usuários e assim sucessivamente. Essas trajetórias textuais, segundo Fabrício (2013, p. 145), “produzem uma pluralidade de significados articulados em textos e discursos que, dispersos em sua profusão, não os dão a conhecer”. A fim de efetivar as análises, foram mobilizadas as noções de “pistas indexicais” de Wortham (2001), uma vez que essas atuam como elementos de indício ao ligar encadeamentos linguísticos a fenômenos macrosociais mais amplos.

QUADRO 1 – Pistas indexicais empregadas na mobilização de posicionamentos interacionais conforme Wortham (2001)

<p>Referência e Predicação</p>	<p>Diz respeito aos modos como os sujeitos nomeiam e se referem às coisas no mundo, assim como as classificam e caracterizam. Segundo Wortham (2001, p. 70), durante o ato de nomear e predicar, o narrador “se posiciona e identifica as personagens socialmente”.</p>
---------------------------------------	---

Citação	São os processos de retomada de um enunciado em razão da construção argumentativa, podendo ser direta ou indireta. (1) citação direta , ou seja, o expediente de recriar, reelaborar o que foi enunciado por outra personagem; e (2) citação indireta , ou seja, quando o participante reconta em suas próprias palavras o que fora dito por outra personagem.
Índices avaliativos	Capacidade de situar o enunciador em um determinado grupo social, o que pode ser feito por meio de estereótipos cristalizados ou ironias.

Fonte: Elaboração própria a partir dos conceitos de Wortham (2001)

Dessa forma, as análises realizadas buscam compreender a prática discursiva enquanto “uma realização interacional durante a qual processos locais de negociação de sentidos indexicalizam processos socioculturais mais amplos” (Fabrício, 2013, p. 155).

5 INTERPRETANDO IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS EM INTERAÇÕES *ONLINE*

Nesta quarta e última seção, busco recapitular algumas articulações teóricas apresentadas anteriormente para, em seguida, apresentar e interpretar criticamente os dados gerados. Grosso modo, as análises desenvolvidas ao longo desta seção nos permitem compreender o modo como as interações em plataformas digitais integram processos sociais e políticos mais amplos, a exemplo do que estamos nomeando como “ideologias linguísticas coloniais”.

5.1 TRAJETÓRIAS TEXTUAIS E PERCURSOS EM ETNOGRAFIA DIGITAL

Ao observar as trajetórias textuais (Blommaert, 2005) na aba de comentários do *Facebook* acerca da matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” da página Diário de Notícias, foi possível perceber uma série de posicionamentos feitos pelos usuários da rede social que descontextualizavam o assunto principal noticiado para, posteriormente, atribuírem novos sentidos e significados em processos múltiplos e contínuos de recontextualização. No que diz respeito aos posicionamentos, constituídos majoritariamente por meio de críticas, indignações, humor, ironia ou até mesmo conformidade com os relatos apresentados, destaca-se também uma variedade de formas interacionais típicas de certas plataformas digitais como, por exemplo, as reações (curtir, amar, rir, admirar, chorar, odiar), os gifs e os memes. Esses elementos compõem a complexa paisagem sociolinguística do ambiente interacional tomado como campo da etnografia digital empreendida.

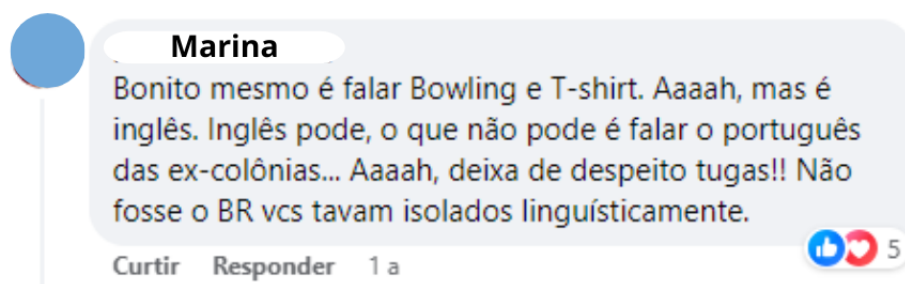
Ao propor a etnografia digital com vistas a uma investigação das ideologias linguísticas em circulação nos ambientes interacionais *online*, a pesquisa se sustenta no princípio de que, por meio desses posicionamentos, os indivíduos se (re)constituem durante os processos discursivos micro e macrosociais ao assumirem “uma posição de sujeito disponibilizada dentro de um discurso” (Davies; Harré, 1990, p. 53). Nesse cenário, observa-se que é através dos comentários que os sujeitos em interações contextuais mobilizam determinados repertórios linguísticos, sociais e culturais em razão da construção de seus posicionamentos. Dessa forma, são esses artifícios linguísticos que, uma vez acionados, acabam por deixar as pistas indexicais (Wortham, 2001) responsáveis por apontarem para determinadas ideologias, muitas vezes desconsideradas em leituras e análises superficiais.

É nesse sentido interpretativo e dialógico que, conforme apontam Bertucci e Nunes (2017, p. 11), o comentário pode ser entendido como “o grau mais intenso de interação na tríade autor, texto, leitor numa rede como o *Facebook*”, por se tratar de “um outro texto, que revela o percurso construído pelo leitor e que soma outros sentidos ao primeiro”. Assim, após mapear e analisar todos os 251 comentários na publicação, é seguro afirmar que a grande maioria das entextualizações apontavam para um suposto caráter pejorativo da matéria, mobilizando indignações (“*Nunca li um artigo tão preconceituoso como esse !!*”), correções quanto ao uso da expressão “falar brasileiro” empregada pela matéria (“*No Brasil fala-se PORTUGUÊS !!!!!!!!!*”), além de memes, gifs e comentários irônicos que zombavam da situação (“*Quem diria que a reparação histórica viria através do irmão do Felipe Neto 😂*”).

Centramo-nos, a seguir, na apresentação das análises dos comentários⁹, destacando o modo como as pistas indexicais mobilizadas nas atividades pragmáticas em contexto apontam para uma dimensão metapragmática da linguagem. Em outras palavras, a aposta interpretativa deste trabalho reside na interpretação crítica de certas ideologias linguísticas coloniais em circulação nas práticas interacionais analisadas.

5.2 HIERARQUIAS LINGUÍSTICAS EM DISPUTA

FIGURA 2 – Comentário de Marina sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no *Facebook*



Fonte: Facebook (2023)

⁹ Faz-se necessário ressaltar que as fotos de perfil assim como os nomes dos usuários foram ocultadas e, para fins narrativos, optou-se pela criação de nomes fictícios baseados apenas nas identidades de gênero que constavam no perfil de cada um/uma. Ademais, por se tratarem de capturas de tela, os posicionamentos selecionados não passaram por quaisquer correções ortográficas.

Na Figura 2, o comentário de Marina inicia com uma referência e predicação (Bonito) acerca da apropriação dos termos “*Bowling*” e “*T-shirt*”, palavras da língua inglesa que significam, respectivamente, “Boliche” e “Camiseta”. Nesse momento, ao predicar o uso dessas expressões como “bonitas”, Marina se utiliza da ironia para enfatizar (mesmo) o prestígio linguístico que uma fatia da população portuguesa nutre a respeito da língua inglesa. Isso fica ainda mais evidente no trecho a seguir onde ela afirma “Aaaah, mas é inglês. Inglês pode”, o que ressalta, de certo modo, um caráter permissivo (Inglês **pode**) ao entextualizar o tópico discursivo¹⁰ mobilizado pela matéria sobre qual língua *pode* ser falada por essas crianças e quais devem ser *evitadas*, acionando, assim, a ideia de discurso autorizado (Foucault, [1976] 1988). Essa hipervalorização dos falares norte-americanos em detrimento aos usos do português advindo do Brasil são peças-chave para o funcionamento e manutenção das hierarquias linguísticas, uma vez que a adoção de determinada língua ou o desprestígio de outras, bem como falar “melhor” ou “pior”, equivale a assumir uma posição nas relações sociais/raciais (Pinto, 2011) e, de certo modo, contribuir para a perpetuação dos sistemas que dividem, menosprezam e apagam retóricas e culturas.

Ainda nesse contexto, ao elaborar o ato de fala “Inglês pode”, Marina recontextualiza a adoção da língua inglesa pelos portugueses como forma de identificação, relevância social e hierárquica e/ou simplesmente por considerarem-a mais “prestigiada” que o português do Brasil. Isso nos leva a refletir sobre os processos de constituição identitária baseados em apropriações, delimitações e apagamentos socioculturais, uma vez que, exportar para a língua nativa expressões européias ou até mesmo usar frases “empoladas” para escrever ou falar uma língua estrangeira “contribui para uma sensação de igualdade com o europeu e suas realizações” (Westermann, 1948, p. 163 *apud* Fanon, 2008). Em seguida, ao elaborar ainda que de forma irônica o ato de fala “o que **não pode** é falar o português das ex-colônias”, Marina aciona e se utiliza de uma voz social autoritária que aponta para uma série de ideologias pautadas na desumanização das populações colonizadas com bases nos paradigmas da pureza linguística e do monolinguismo como formas homogêneas e racionais de comunicação (Pratt, 1991). Essa “voz” possui suas raízes no brancocentrismo e na colonialidade, ou seja, é intrinsecamente composta por construtos sociais e ideológicos totalmente vinculados aos ideais europeus de existir e compreender o mundo.

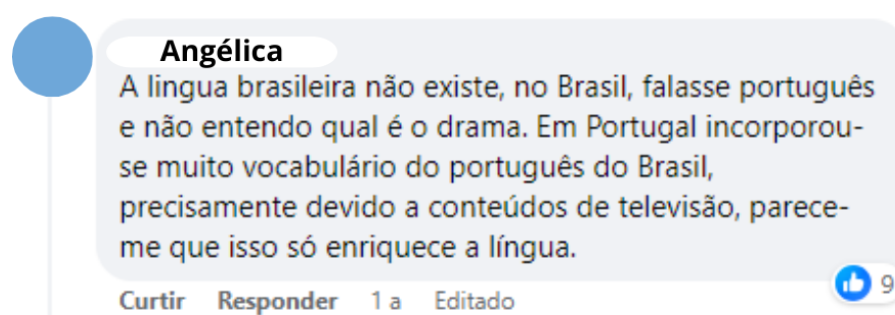
Ainda com o mesmo viés irônico que inicia seu comentário, Marina se utiliza de um índice avaliativo quando diz “O que **não pode** é falar o português das ex-colônias”, ao

¹⁰ Refere-se ao tema que está sendo discutido pelos participantes de uma interação.

mesmo tempo em que nomeia e predica o Brasil (ex-colônias) com o intuito de denunciar uma visão colonial ainda perpetuada por uma parcela dos portugueses acerca do país colonizado, bem como sua língua e cultura. Tudo isso nos leva a refletir sobre o posicionamento da matéria que consiste no apagamento da questão colonial como forma de ocultar as razões históricas do Brasil falar português. O que implica, em certo sentido, no apagamento do linguicídio, da mão-de-obra escravizada, da extração e apropriação de bens agrícolas e minerais, do controle dos corpos, da sexualidade e outras formas de ser, além do aculturamento, etnocídio e genocídio que exterminou milhares de povos originários e aqueles trazidos de África. Assim, o comentário entextualiza um discurso crítico sobre a colonização e inverte a hierarquia linguística projetada pela matéria, na qual o português do Brasil seria um versão deturpada, degenerada, adoecida do português de Portugal.

Ao elaborar o ato de fala “Aaaah, **deixa de despeito** tugas!!”, Marina expressa um desejo de que os portugueses, a quem ela referencia como “tugas” (abreviatura de “*portugas*”), deixem de ressentimento pelos casos relatados na matéria e, ao fazer isso, o posicionamento assume um índice avaliativo que sugere certa relativização acerca do fenômeno linguístico noticiado pela matéria. Por fim, no excerto “Não fosse pelo BR vcs tavam **isolados linguisticamente**”, Marina aponta para o fato de que a predominância e relevância da cultura brasileira é crucial para a popularização da língua portuguesa ao redor do mundo pois, ao contrário de Portugal, o arcabouço cultural forjado no Brasil — seja através de músicas, filmes, artistas, escritores/as, memes, entre outros — é reconhecido e disseminado em escala mundial, o que faz com que a língua portuguesa seja diretamente associada e atrelada ao país verde e amarelo.

FIGURA 3 – Comentário de Angélica sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no *Facebook*



Fonte: Facebook (2023)

Na Figura 3, Angélica inicia o segundo comentário com uma afirmação (A língua brasileira **não existe**) que retoma por meio de uma citação indireta o título da matéria (Há crianças portuguesas que só falam “**brasileiro**”) para que, no excerto seguinte, faça uma correção (no Brasil, falasse **português**). A esse respeito, através de seu livro “Racismo linguístico”, Gabriel Nascimento (2019) argumenta que tais regimes de nomeação das línguas se configuram como um grande processo de *fetichização* do mundo ocidental que usou a linguagem não apenas “no âmbito do projeto romântico, liberal, cristão e idealista das línguas nacionais europeias [...] como também lançou mão dela para criar uma definição para o mundo inteiro, passando a operar todos os conceitos a partir da Europa” (Nascimento, 2019, p. 11).

Para exemplificar como essas ordens de nomeação operam, Nascimento se baseia nos estudos de Achille Mbembe (2014) que apontam para a criação do signo linguístico “negro” como um termo forjado pela branquitude e não como um conceito de identificação natural da própria comunidade. Partindo dessa mesma lógica, assim como dos construtos teóricos vistos nas seções iniciais (ver Capítulos 1 e 2) sobre a concepção de língua como artefato socioculturalmente construído, é oportuno pensar no ato de nomeação da língua “portuguesa” como instrumento simbólico de demarcação e apropriação por parte dos colonizadores, uma vez que, como já citado anteriormente, “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (Fanon, 2008, p. 36).

Ainda a respeito da “correção” feita por Angélica, é possível depreender um enquadre metapragmático quanto à nomeação “língua brasileira” que compreende a definição de “língua portuguesa” como algo positivo e legítimo. Nesse momento, Angélica toca em um ponto importante pois essa discussão a respeito da reivindicação de uma “língua brasileira” tem gerado uma série de debates e controvérsias entre linguistas e pesquisadores que defendem o reconhecimento dessa como uma nova língua e que essa atitude seria, antes de mais nada, uma decisão política. É o que defende o linguista Marcos Bagno (2015) ao enfatizar em uma entrevista¹¹: “É preciso dizer, com todas as palavras, em alto e bom som: o português brasileiro é uma língua e o português europeu é outra. Muito aparentadas, muito familiares, mas diferentes”.

No fragmento “e não entendo qual é o **drama**”, Angélica se utiliza de um índice avaliativo que assume certa relativização quanto ao teor alarmante projetado pela matéria.

¹¹ Disponível em:

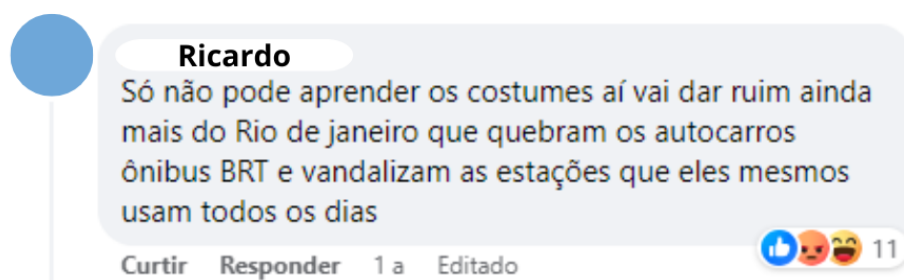
<https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-portugues-brasileiro-precisa-ser-reconhecido-como-uma-nova-lingua-e-isso-e-uma-decisao-politica-37991/>

Acesso em: 09 de nov. 2023

Em sequência, ao realizar o ato de fala “Em Portugal, incorporou-se muito **vocabulário** do português do Brasil, precisamente devido a **conteúdos de televisão**”, o posicionamento de Angélica entextualiza a discussão apresentada na seção anterior (ver Capítulo 3) sobre as telenovelas produzidas no Brasil e transmitidas massivamente em Portugal. O comentário indexa, de forma geral, uma visão assimilacionista de “língua” reduzida a “vocabulário” ao passo em que assume uma perspectiva celebrativa das diferenças linguísticas (parece-me que isso só **enriquece** a língua). Essa interpretação higienizada e pacífica das narrativas acerca de como a língua portuguesa foi forjada durante a empreitada colonial acaba por desconsiderar e apagar os processos de dominação que instituíram o português no Brasil.

5.3 DE VÂNDALOS À PUTAS: ICONIZAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO COMO FORMAS DE INFERIORIZAÇÃO MORAL

FIGURA 4 – Comentário de Ricardo sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook



Fonte: Facebook (2023)

Ricardo inicia o terceiro comentário (Figura 4) com um índice avaliativo pejorativo acerca dos costumes brasileiros (Só **não pode aprender os costumes aí vai dar ruim**), ao mesmo tempo em que predica essa suposta apreensão como algo negativo. Percebe-se, através desse excerto, um processo de *iconização* (Irvine; Gal, 2000) por parte de Ricardo ao atribuir um elo entre os elementos da língua portuguesa falada no Brasil com uma visão hostil e deturpada das imagens sociais oriundas do país colonizado. É nesse sentido que a intersecção entre as diferenças, sejam elas de raça, gênero, classe ou outras, com determinadas concepções de língua produzem e fortalecem as hierarquias (Pinto, 2015) que circundam e se retroalimentam nas sociedades.

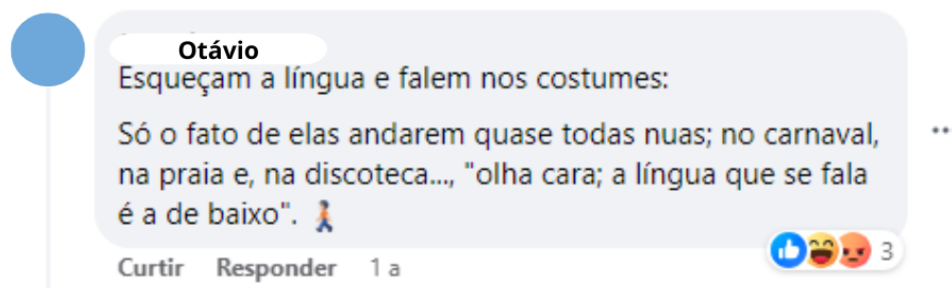
Ao predicar os brasileiros como vândalos (ainda mais do Rio de Janeiro que **quebram** autocarros ônibus BRT e **vandalizam** as estações que eles mesmos usam todos os dias), mais

especificamente os moradores da cidade do Rio de Janeiro, Ricardo expõe um juízo de valor estereotipado que busca por meio de uma assimilação simbólica, relacionar o depredamento de patrimônios públicos com o depredamento da língua portuguesa que utilizam. Esse tipo de retórica encontra suas raízes fincadas em um tipo de nacionalismo pernicioso que busca induzir e reforçar por meio de práticas de linguagens uma série de marginalizações e estigmatizações acerca de grupos que consideram minoritários. No entanto, como apontam certos/as autores/as (Blommaert; Verschueren, 1998; Rosa; Flores, 2017; Rosa, 2019), não importa o que façam ou argumentem as pessoas subalternizadas por sujeitos racialmente hegemônicos, elas jamais serão tidas como parte integrante daquela “elite” predominante (Pinto, 2015). Assim, esse processo de estigmatização atua como uma “máquina expressiva provida de uma força ilocutória e que, conforme regras ou convenções sociais, determina atos de linguagem tais como a ofensa e a ridicularização”, assim, se encarrega de produzir “um conjunto variável de formas eficazes de produzir e distribuir papéis, obrigações e vínculos sociais, ‘estigmas’ que marcam e demarcam os corpos” (Sales Jr., 2006, p. 233).

Nesse sentido, podemos observar que o comentário de Ricardo não apenas predica “costumes brasileiros” específicos com o intuito de iconizar o país como uma nação de vândalos que depredam bens públicos, como também se utiliza do próprio posicionamento para indexar sua preocupação de que esses mesmos brasileiros venham a “destruir” a tão “prestigiada” e “imaculada” língua portuguesa europeia. O argumento de Ricardo, ativa, por esse ângulo, a ideia de pânicos morais (Roubin, 1984) vista na seção anterior, que se camufla de uma preocupação alarmante enquanto busca conter determinadas mudanças sociais em curso que não correspondem aos interesses de grupos hegemônicos, eurocêntricos e puristas.

Assim, seu posicionamento, bem como o próximo a ser analisado (Figura 5), não aponta necessariamente para uma preocupação em torno da língua “brasileira” no que lhe confere o seu caráter fonético, fonológico, sintático e afins, mas para outras questões ideológicas e identitárias mais amplas, atreladas a essa língua e aos sujeitos estigmatizados que a utilizam.

FIGURA 5 – Comentário de Otávio sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no *Facebook*



Fonte: Facebook (2023)

Como mencionado acima, o comentário de Otávio (Figura 5) inicia-se com um apelo para que os portugueses deixem de lado qualquer preocupação com os aspectos linguísticos incorporados pelas crianças e foquem no que *realmente importa* (Esqueçam a **língua** e falem nos **costumes**), elaborando, assim, um ato de fala que indexa o escalonamento de língua para os aspectos identitários e ideológicos que a constituem.

O pronome pessoal feminino “elas” empregado por Otávio (Só o fato de **elas** andarem quase **todas nuas**) indexa uma ideia de feminização do Outro, ou seja, dos brasileiros e de seus respectivos costumes deploráveis. Essa estratégia argumentativa mobilizada por Otávio implica em uma série de ideologias machistas e estereótipos de gênero coloniais que compreendem o corpo feminino como subalterno, sexualizado e disponível, além de contribuir para a manutenção de discursos que autorizam e legitimam a desnaturalização e a violência desses mesmos corpos (quase todas nuas; no **carnaval**, na **praia** e, na **discoteca**). Assim, com vista a reduzir e subalternizar os falantes de português brasileiros, essa ideologia linguística colonial pode ser entendida como um artifício discursivo com base na cristalização de estigmas deturpados e estereótipos pejorativos forjados a respeito do país colonizado, pois, conforme ressaltam Garcez e Zilles (2004), “diferentes grupos em uma comunidade podem **atribuir valores diversos** às identidades ligadas aos falantes de outras línguas” (Garcez; Zilles, 2004, p.15-16, grifos nossos).

No excerto “olha cara; a **língua** que se fala é a de **baixo**”, Otávio enfatiza a indexicalidade presente em seu posicionamento que aponta para a língua “brasileira” como um tipo de objetificação corporificada atrelada ao gênero feminino, ainda vista como uma forte estratégia de desvalorização, e a determinados costumes “imorais” e “hipersexualizados”. É válido pontuar, portanto, que todo processo de incorporação (Bourdieu, 1977) implica em uma apropriação, e esta, por sua vez, é sempre tida como um processo de disputa e poder.

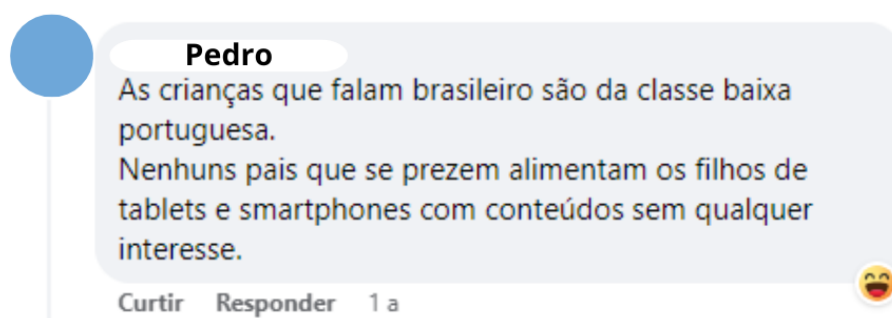
Ao refletir sobre a sexualização das mulheres brasileiras, é oportuno pensar na representação desses corpos ao longo da história e de que modo foram iconizados como símbolos eróticos, primitivos e meramente reduzidos ao sexo. Nesse contexto, a obra “Casa-Grande & Senzala” (1933) de Gilberto Freyre se apresenta como um marco nesse processo de referência acerca do Brasil e de sua população, organizando uma matriz conceitual que naturaliza processos de violência colonial, a exemplo da sexualização dos corpos das mulheres durante o desdobramento sócio-histórico do país colonizado. As mulheres, portanto, eram “intoxicadas sexualmente”, nos termos freyrianos, ante ao “potente pênis europeu” (Quintas, 2008) e a toda a modernização e progresso trazidos por eles. Isto é, passaram a ser enxergadas como mulheres da terra que se entregavam nuas aos “[...] brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses” (Freyre, 2006, p. 161).

Essas representações hipersexualizadas, registradas inclusive em obras ditas consagradas para a interpretação do Brasil, a exemplo do próprio trabalho de Freyre, produzem efeitos de sentido sobre a brasileira como portadora de uma beleza exótica que convida o colonizador a desfrutar seus mais distintos apetites sexuais. Tais abordagens reforçam certos estereótipos e estigmas da “mulher nativa” como vulgar, fácil e altamente sexual, ao passo em que se estendem de forma violenta às mulheres negras a fim de reduzi-las a categorias carnavais enquanto menosprezam seus corpos e vivências. Nesse cenário, Lélia González (2020) aponta para a tripla discriminação (machista, sexual e racial) enfrentada pela população negra no Brasil que tendem a se configurar como “fortes sustentáculos da ideologia de dominação e fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe”, logo, “não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (González, 2020, p.165) (Adaptado).

Dessa forma, as discussões apontam para a produção e legitimação dos corpos coloniais alvos da opressão e apagamento pelos colonizados, como corpos disponíveis (Gomes, 2013). Assim, pensando nesses processos de intersecção entre raça e língua, Rosa e Flores (2017, 2019), propõem o conceito de raciolinguística com o intuito de lançar luz sobre como os mecanismos de colonialidade refletem uma armadilha engenhosa da modernidade ao delimitar um grupo como superior ao partir do argumento de que grupos subalternos carecem suprir determinados *déficits* para atingir a *superioridade*. Isto é, para que se igualem aos padrões morais e linguísticos da supremacia colonizadora, o povo brasileiro precisaria, antes de qualquer coisa, abandonar os costumes tidos por eles como impróprios e vulgares a fim de preservar a língua portuguesa de qualquer maculação.

5.4 HIGIENIZAÇÃO E NACIONALISMO: IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS ALICERÇADAS EM CLASSE E REGIÃO

FIGURA 6 – Comentário de Pedro sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook



Fonte: Facebook (2023)

O comentário de Pedro (Figura 6) inicia nomeando como “brasileiro” a língua portuguesa falada no Brasil, para, em sequência, elaborar um ato de fala que predica os falantes dessa língua em Portugal como pertencentes à uma classe inferior (são da **classe baixa**). Essa predicação realizada por Pedro indexa uma série de ideologias hierárquicas como, por exemplo, a ideologia da homogeneidade variável (Pinto, 2013), cuja regulamentação da fala é rarefeita pelas categorias de “classe” e “região”.

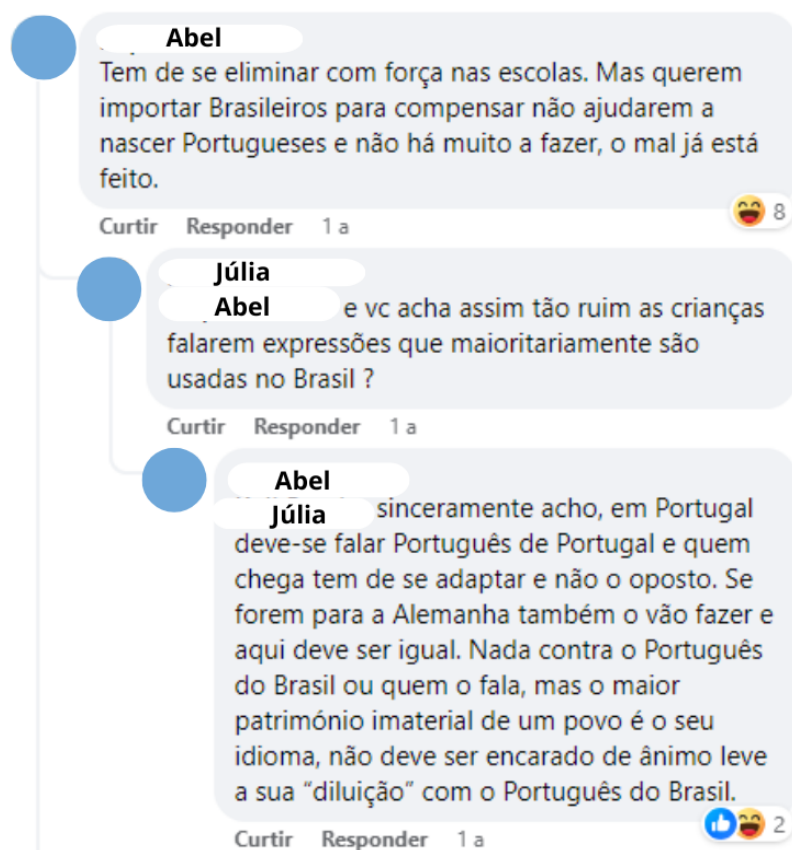
O que essa categoria, ou *incômodo*, como defendido por Pinto (2018), nos aponta é a preocupação latente com os ideais de pureza da língua defendidos pelo modelo de monolinguismo homogêneo sacralizado pela branquitude hegemônica como o padrão moderno de comunicação racional (Pratt, 1991). Assim, esse padrão moderno de unificação das línguas atrelados a outros projetos nacionalistas não se encarregam apenas em excluir a grande pluralidade linguística advindas desses grupos de falantes como também se torna responsável pelo seu uso como mecanismo de controle e dominação (Irala, 2004; Luz, 2009).

No excerto “Nenhum pais que **se prezem** alimentam os filhos de tablets e smartphones com conteúdos sem qualquer interesse”, Pedro apela para outra predicação, dessa vez, acerca dos pais que não fiscalizam ou até estimulam seus filhos a consumirem determinados conteúdos *online*. Ao fazer isso, Pedro também se utiliza um índice avaliativo de teor pejorativo ao predicar e situar socialmente como *desprezíveis* os pais daquelas crianças mencionadas pela matéria. Portanto, é possível observar que nesse comentário há a

materialização de um elo indexical que busca enquadrar as classes tidas como “baixas”, “inferiores” e “marginalizadas” de portugueses que falam “brasileiro” como sujeitos sem estima, apreço ou honra.

Ou seja, mais uma vez é possível perceber o escalonamento que se desdobra nos comentários que vão de língua à classe; língua à região; língua à cultura; língua à ideologia. Nesse sentido, torna-se notório como determinadas marcas de diferença são mobilizadas e se interseccionam com a língua para produzir e fortalecer as mais diversas hierarquias sociais (Pinto, 2015).

FIGURA 7 – Comentário de Abel e Júlia sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook



Fonte: Facebook (2023)

Na Figura 7, o comentário elaborado por Abel mobiliza certo apelo com um forte teor repressivo (Tem que se **eliminar com força** nas escolas) que objetiva a retirada do português “brasileiro” das escolas portuguesas. Percebe-se, aqui, a metapragmática empreendida por Abel acerca do ambiente escolar e de como ele desempenha um papel crucial na promoção do acesso a outras línguas e formas de comunicação, o que, para muitos puristas e nacionalistas

monolíngues, é visto como espaços de higienização linguística ou, segundo Deborah Cameron (1995), *higiene verbal*. De acordo com a linguista britânica, esses processos de regulamentação da fala são baseados em determinados valores como estética, funcionalidade ou moralidade, ou seja, fenômenos puramente ideológicos. As escolas seriam, portanto, meros aparelhos ideológicos encarregados de legitimar e perpetuar as ideias, os valores e, conseqüentemente, *a língua* da classe dominante, não havendo brechas para que línguas tidas como subalternas adentrem nesses espaços e interfiram na visão de mundo dos alunos portugueses.

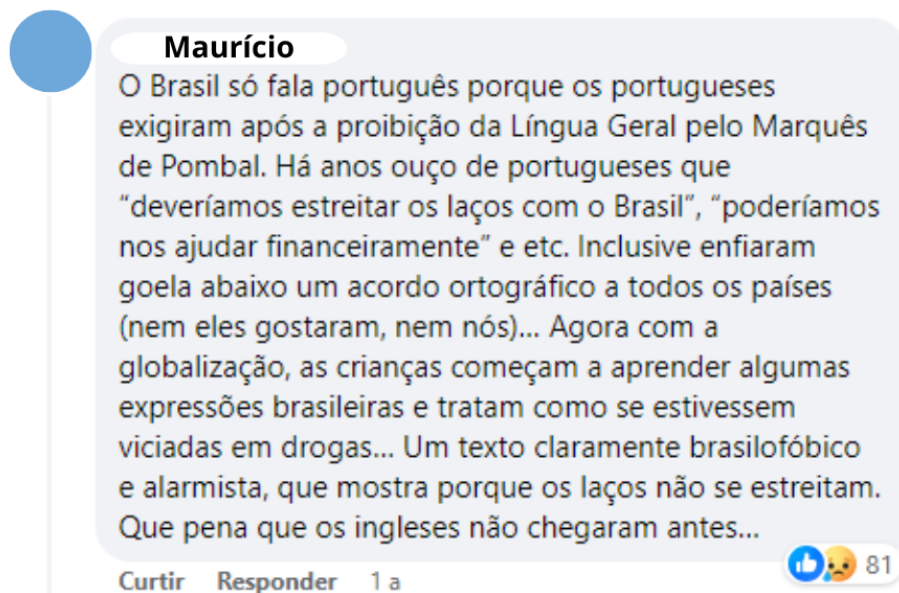
No fragmento seguinte “Mas querem **importar Brasileiros** para compensar não ajudarem a nascerem Portugueses”, Abel projeta um índice avaliativo que objetifica e indexa um ideal colonial de comercialização de pessoas, remetendo diretamente às ideologias escravagistas empreendidas durante a colonização. Ao predicar os brasileiros como “coisas” a serem importadas de um país a outro, Abel alinha-se a certos processos de racialização que se constituem como parte fundamental no sistema perverso da colonialidade.

Para Nascimento (2019, p. 84), esse sistema “produziu no Ocidente séculos de escravidão negreira e dizimação dos povos originários de cada lugar onde se colonizava”. Não obstante, o autor faz questão de ressaltar que esse processo de genocídio, etnocídio e acultramento “não se deu fora, mas dentro dos sistemas linguísticos”. Por fim, Abel complementa “e não há muito o que fazer, **o mal já está feito**”, atribuindo uma nova predicação à “importação de brasileiros” que, segundo ele, é recontextualizada como uma irregularidade ou até mesmo um déficit a ser superado.

Logo abaixo (Figura 7), Júlia elabora um comentário-resposta ao posicionamento de Abel por meio de um questionamento acerca da problemática entextualizada pela matéria (e você acha tão ruim as crianças falarem expressões que maioritariamente são usadas no Brasil?). Em seguida, Abel responde a pergunta de Júlia em um novo comentário que inicia-se com uma afirmação acerca da indagação feita por ela (sinceramente, acho). Dessa forma, é perceptível o quanto que o posicionamento de Abel se ancora em ideologias monolíngues (Espírito Santo; Santos, 2018) que compreendem a língua como pura e símbolo de uma nação (o maior **patrimônio imaterial** de um povo é o seu idioma). Ao afirmar que “não deve ser encarado de ânimo leve a sua ‘diluição’ com o Português do Brasil”, Abel mobiliza um índice avaliativo de alerta sobre o risco da desintegração ou destruição da “essência” e da “pureza” da identidade nacional em função dos processos de contato entre diferenças linguísticas e culturais.

5.5 ERRO DE PORTUGUÊS¹²

FIGURA 8 – Comentário de Maurício sobre a matéria “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*” no Facebook



Fonte: Facebook (2023)

No comentário elaborado por Maurício (Figura 8), é possível perceber um encadeamento argumentativo que se utiliza da compreensão metapragmática realizada por ele e ocultada pela matéria acerca dos motivos pelos quais o Brasil fala português (O Brasil só fala português porque os portugueses **exigiram** após a **proibição da Língua Geral** pelo Marquês de Pombal). Nesse ponto, é possível ver a capacidade de entextualização e o potencial de reflexividade social (Giddens, 1991) desempenhado pelo comentário do participante, uma vez que ele aciona conhecimentos históricos e metalinguísticos para refletir e se posicionar de forma crítica a respeito do tema discutido pela matéria.

Maurício ainda aponta para um certo interesse de parte dos portugueses de se “estreitar os laços” entre os dois países através de “ajuda financeira” e, ao fazer isso, há um tipo de desnaturalização do discurso de “fraternidade” entre Brasil e Portugal como uma estratégia de apagamento da violência resultante dos processos coloniais dizimadores que,

¹² O título da seção faz referência ao poema “Erro de português” de Oswald de Andrade que aborda o confronto entre a cultura lusitana com a dos/das indígenas durante a colonização, idealizando de forma irônica um cenário em que ao invés do aculturado empreendido pelo dominador, os povos indígenas tivessem sua cultura mantida e respeitada.

segundo bell hooks (2008), se configuram como a lâmina mortal de muitas línguas, falares e retóricas que nunca teremos a oportunidade de conhecer.

Ao mencionar o processo de implementação do acordo ortográfico, Maurício se utiliza de uma predicação que indexa um posicionamento de avaliação negativa acerca do tema (Inclusive **enfiaram goela abaixo** um acordo ortográfico a todos os países), além de apontar para a rejeição advinda dos próprios portugueses (nem eles gostaram, nem nós). Em certo sentido, essa aversão se dá em razão de uma série de ideologias nacionalistas que buscam por meio da “preservação da língua” e de seus construtos (ou *constructos*, como preferem grafar), a manutenção de um ideal “purista” e “íntegro” de nação que apaga existências, inclusive linguísticas (Muniz, 2016).

Nessa mesma tarefa crítica, o comentário destacado na Figura 8 faz uma referência (Agora com a **globalização**) a fim de ressaltar uma das prováveis causas que possibilitou a apreensão de expressões brasileiras pelas crianças. Em seguida, ao entextualizar um dos relatos apresentados pela matéria sobre a relação das apropriações linguísticas com vícios (“*O que sei, e tenho vindo a conversar com as minhas colegas, é que os meninos estão viciados*”), Maurício assume uma postura de indignação quanto ao teor da matéria, o qual ele nomeia e predica como “brasilofóbico” e “alarmista”, a fim de justificar como o principal motivo dos laços fraternos e econômicos não se estreitem.

Finalmente, ao elaborar o ato de fala “Que **pena** que os ingleses não chegaram antes...”, o comentário de Maurício se utiliza de um índice avaliativo (pena) para realizar uma inversão da hierarquia linguística projetada pela matéria, assim como a participante Marina o faz na Figura 2, descentralizando Portugal de uma categoria hegemônica “desejada” e indexando descontentamento com a chegada dos portugueses e de tudo o que adveio desse encontro dizimatório.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o cenário de constantes disputas ideológicas sobre as práticas raciais e linguísticas, a atual pesquisa buscou destacar a relevância dos espaços digitais na produção da violência *online/offline* (Silva, 2019; Pinto *et al.*, 2022) e seus efeitos na vida social. Assim, ao abrir uma lacuna para essa investigação teórico-analítica pautada pelas perspectivas contemporâneas da Antropologia Linguística e da Linguística Aplicada, buscou compreender a articulação entre ideologias linguísticas e suas complexas conexões com língua, nação e hegemonia, as quais, por vezes, se encarregam de invisibilizar e eliminar determinados corpos, sujeitos e práticas linguísticas.

Nesse sentido, é seguro afirmar que o presente trabalho conseguiu atingir seu objetivo de investigação ao produzir inteligibilidades contingentes acerca dos posicionamentos realizados pelos participantes e as respectivas ideologias linguísticas coloniais mobilizadas durante esses processos. Através dos direcionamentos da etnografia digital (Pinto, *et. al.*, 2022) e das lentes teórico-analíticas das pistas indexicais (Wortham, 2001), foi possível percorrer um caminho seguro e bem delimitado no ambiente digital e nos processos de análise. Esses alicerces permitiram desvendar não apenas as manifestações linguísticas superficiais, mas também as complexas dinâmicas e metapragmáticas subjacentes aos discursos *online* sobre linguagem, identidade e ideologias e como elas moldam a direção das mudanças linguísticas e sociais (Gal, 2023).

Dessa forma, como apresentado ao longo da pesquisa, pensar em ideologias linguísticas é pensar em formas de manutenção do status quo de uma sociedade por meio de práticas de linguagens que reforçam estereótipos e induzem a diversos tipos de limitações e dominações. Nesse sentido, as práticas analisadas, por sua vez, se alicerçaram em ideologias diversas, como aquelas baseadas em ideais colonialistas, para não apenas legitimar certos tipos de exclusão e apagamentos socioculturais, como também os reforçar. Assim, compreendemos que é por meio da própria língua(gem) que as inúmeras formas de segregação e opressão se instituem e é também por meio dela que essas hierarquizações são mantidas, reforçadas ou desafiadas.

Assim, durante os processos de análise, foi possível observar como as ideologias linguísticas coloniais se constituíram metapragmaticamente pelos participantes através de disputas e inversões hierárquicas que entextualizavam o conteúdo da matéria com o intuito de subvertê-lo e/ou reforçá-lo. Em outros casos, as ideologias se apresentaram por meio de iconizações que buscavam atribuir certa “qualidade” à língua portuguesa falada no Brasil

baseada em estereótipos e estigmas pejorativos, bem como tentavam sexualizar a figura do brasileiro com intuítos de inferiorização moral. Como já supracitado, essas formas de desvalorização e estigmatização de línguas e culturas são capazes de produzir violências simbólicas que afetam diretamente a vida social em todas as suas instâncias.

Ademais, outros tipos de ideologias coloniais identificadas ao longo das análises também tinham como base argumentativa a hierarquização entre os falantes portugueses por meio de classe e região, atribuindo os casos de “brasileirismos” às classes “baixas” do país lusitano. Outros fatores como a preservação da pureza linguística, o nacionalismo ameaçado pela “diluição da língua” resultante dos contatos entre culturas distintas ou até mesmo a ideologia da língua como o “maior patrimônio nacional de um povo”, também possibilitaram uma visão ampla do cenário ideológico que se desdobrou na seção de comentários e auxiliaram na construção da complexa paisagem sociolinguística investigada.

Em linhas gerais, o trabalho de análise nos permitiu concluir a intensa circulação de ideologias linguísticas, ou seja, crenças, racionalizações e afetos sobre as línguas e seus usos, que projetam hierarquias raciais de base colonial, ao que chamamos de “ideologias linguísticas coloniais”. Essas ideologias, dentre outras coisas, produzem efeitos de apagamento, inferiorização e pejoração de línguas, culturas e identidades dos povos brasileiros em função de uma superioridade lusitana, evocando discursos difusos sobre a violência colonial. Assim, este estudo não apenas contribui para a compreensão das ideologias linguísticas em contextos digitais e suas relações com a vida social, como também destaca a necessidade contínua de pesquisas em Antropologia Linguística, da Linguística Aplicada e outras áreas, que explorem a evolução dessas dinâmicas discursivas mobilizadas nesses cenários pós-digitais (Blommaert, 2005) que estão atravessados por constantes transformações. O entendimento aprofundado das pistas indexicais de Wortham (2001) oferece uma base sólida para futuras investigações que buscam desvendar as complexidades da linguagem e das ideologias linguísticas nos ambientes *online*.

Em última análise, o trabalho não apenas representa um passo em direção à compreensão mais detida das interações linguísticas e disputas ideológicas em plataformas digitais de interação, mas ressalta também a importância de continuar a explorar as nuances das ideologias linguísticas nas esferas *online/offline*. Ao fazê-lo, podemos compreender as formas como a linguagem molda e é moldada pelas interações sociais, contribuindo assim para um entendimento mais holístico das complexas teias de significado que permeiam a vida social e as formas de subversão e ativismo acerca de regimes racistas e excludentes na/pela linguagem.

REFERÊNCIAS

- AGEE, W.K.; TRAQUINA, N. *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*, Lisboa: Vega, (s/d), p. 118-122, 2005.
- ARAÚJO, M. C. S.; MUNIZ, K. Linguagens, Identidades e Grupos Afroculturais de Minas Gerais: a Problemática da Nomeação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE*, v. 8, n. 2 - Volume Temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis. p. 23-39, 2016.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.
- BAGNO, M. O português não procede do latim: uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. *Á busca do tesouro*, 191:34-39, 2011.
- BATISTA, T. E. P. Intersecções entre ideologias linguísticas e raciolinguísticas na manutenção de hierarquias raciais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 60, p. 82-95, 2021.
- BATISTA, T. E. P. 143f. *Globalização em paisagens linguísticas e usos de marcadores discursivos: policentricidade, escalas e metapragmática nas práticas linguísticas de jovens urbanos e quilombolas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. In: COUPLAND, N.; JAWORSKI, A. (Orgs.). *The new sociolinguistics reader*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, pp. 185-217, 1990.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Language Philosophy and Language Ideology: John Locke and Johan Gottfried Herder. In: Kroskity, P. V. (org.). *Regimes of Language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, p. 139-204, 2000.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Tradução: Vânia Z. Cardoso; Revisão: Luciana Hartmann. *Ilha*, Florianópolis, v. 8, p. 185-228, 2006.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. *Voices of Modernity: language ideologies and politics of inequality*. Cambridge: University Press, 2003.
- BARRETO, A. (org.) *A situação social em Portugal*. Op. cit., p.146, 1996.
- BERTUCCI, R. A.; NUNES, P. A. Interação em rede social: das reações às características do gênero comentário. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 313-338, 2017.
- BLACKLEDGE, A. The racialization of language in British political discourse. *Critical Discourse Studies*, v. 3, n. 1, p. 61-79, 2006.

BLOMMAERT, J. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BLOMMAERT, J. O discurso político em sociedades pós-digitais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 1, p. 390-403, jan./abr. 2020.

BLOMMAERT, J. *Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BLOMMAERT, J.; VERSCHUEREN, J. The role of language in European Nationalist ideologies. In: Schieffelin, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (org.). *Language Ideologies: practice and theory*. New York/Oxford: Oxford University Press, p. 189-210, 1998.

BLOMMAERT, J.; JIE, D. When your field goes online. *Tilburg Papers in Culture Studies*, paper 227, p. 1-14, 2019.

BORBA, R. *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

BORBA, R.; SILVA, D. C. P. Swings and scales of democracy: the “transgender epidemic” and resistance to antigenderism. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, p. 1916-1945, 2020.

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 1991.

CABRAL, A. L. T; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. *Signo*, v. 42, n 73, p. 86-97, 2017.

CAMERON, D. *Verbal Hygiene*. London and New York: Routledge, 1995.

CANAGARAJAH, S. *Translingual Practice: global Englishes and cosmopolitan relations*. New York, Routledge, 216 p, 2013.

CARVALHEIRO, J. R.; PRIOR, H.; MORAIS, R. Público, privado e representação online. In: CARVALHEIRO, J. R. (Coord.). *A nova fluidez de uma velha dicotomia: público e privado nas comunicações móveis*. Covilhã: LabCom, p. 7-27, 2015.

CASTRIM, M., *Canal da Crítica: Gabriela outra vez ela*, Diário de Lisboa, 5/11/77, p.11, 1977.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: the discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, Hoboken, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.

DIONÍSIO, M. *Ideias e opiniões: Crónica de Verão*. O Jornal, Lisboa, p.18, 1977.

DOS SANTOS, H. M. R. “Ainda somos olhados de lado”: experiências de integração e

discriminação de estudantes brasileiros/as em português. *LaPlage em Revista*, v. 6, n. 1, p. 75-90, 2020.

DUSSEL, E. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso. p. 55-70, 2005.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

ERRINGTON, J. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology, Palo Alto*, v. 30, p.19-39, 2001.

ESPÍRITO SANTO, D. O.; SANTOS, K. B. A invenção do monolinguismo no Brasil: por uma orientação translíngua em aulas de “línguas”. *Calidoscópico*, v. 16, n. 1, 2018.

FABRÍCIO, B. F. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. São Paulo: Parábola. p. 144-168, 2013.

FABRÍCIO, B. F. *Sociolinguística Interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Mórula, 2020.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. *La historia de la sexualidad I: La voluntad de saber*. [Trad. Ulises GUIÑAZÚ] México D. F.: Siglo XXI, 1977.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Historia de la medicalización. *Educación médica y salud*, v. 11, n. 1, p. 3-25, 1977.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Org. de Roberto Machado. 4. ed. Rio De Janeiro: Graal, p.1-14, 1984.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. 51ª ed., rev. São Paulo: Global, 2006.

GAL, S. *Gender and the discursive authority of far right politics*. *Gender and Language*, v. 15, n. 1, p. 96-103, 2021.

GAL, S. *Language Ideologies*. *Linguistics*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.996>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GAL, S. *Making registers in politics: Circulation and ideologies of linguistic authority*. *Journal of Sociolinguistics*, v. 5, n. 23, p. 450-466, 2019.

GAL, S. Registers in circulation: The social organization of interdiscursivity. *Signs and*

Society, v. 1, n. 6, p. 1-24, 2018.

GAL, S.; IRVINE, Judith. *Signs of Difference: Language and Ideology in Social Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola. p. 15-36, 2004.

GARCEZ, P.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. *DELTA - Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 31, p. 1-34, 2015.

GEE, J. *Situated language and learning*. A critique of traditional schooling. New York: Routledge, 2004.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, M. S. O imaginário social. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 867-900, dez. 2013.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana. Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L.. *Por um feminismo latino americano*. ZAHAR, 2020.

GUIMARÃES Jr., M.J.L. *Doing anthropology in cyberspace: fieldwork boundaries and social environment*. In: HINE, C. *Virtual methods: issues in social research on the internet*. Oxford: Berg Publishers, p.157-170, 2005.

Há crianças portuguesas que só falam brasileiro. Diário de Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>
Acesso em: 10 nov. 2023.

HALL, S. Encoding/decoding in television discourse, Hall et. al.(Eds.). *Culture, media, language*, London: Routledge, p. 128-138, 1980.

HINE, C. *Virtual Ethnography*. London: Sage Publications, 2000.

HINE, C. *Virtual Methods: issues in social research on the internet*. Oxford: Berg Publishers. 2005.

HINE, C. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Londres/ New York: Bloomsbury, 2015.

HINE, C. How can qualitative internet researches define the boundaries of their projects? In: MARKHAM, Annette; BAYM, Nancy. *Internet Inquiry: conversations about method*, Sage:

Londres, p. 1-20, 2009.

HINE, C. *Virtual Ethnography*. Londres: Sage, 2000.

hooks, b. (1994). Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 857-864, 2008.

HUTTON, C. M. *Linguistics and the Third Reich: mother-tongue fascism, race and the science of language*. New York: Routledge, 1999.

HYMES, D. *Ethnography, linguistics, narrative inequality*. Toward an understanding of voice. New York: Taylor & Francis, 1996.

IRALA, V. *Práticas discursivas sobre o espanhol através da comunicação mediada por computador: “la lengua mía, la lengua tuya, la lengua nuestra”*. Pelotas, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas, 150 p, 2004.

IRVINE, J. Subjected words: African linguistics and the colonial encounter. *Language and Communication*, Kidlington, v.28, p.323–324, 2008.

IRVINE, J. T. When talk isn't cheap: language and political economy. *American Ethnologist*, v. 16, n. 2, p. 248-267, 1989.

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, Paul (ed.). *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe, NM: School of American Research Press. p. 35-83, 2000.

KOZINETS, R. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

KROSKRITY, P. V. Language Ideologies. In: Duranti, A. (org.). *A companion to Linguistic Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, p. 496-517, 2004.

LAGARES, X.; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola. p. 355-387, 2011.

LUCIANO, G. J. dos S. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 26, n. 62/1, p. 295-310, 2017.

LUZ, A.R. *A Língua Portuguesa na escola: revendo construções históricas para “transver” a ação docente e as práticas de leitura e escrita*. In: Congresso de Leitura do Brasil. *A Língua Portuguesa na escola: revendo construções históricas para “transver” a ação docente e as práticas de leitura e escrita*, 2009, Campinas. *Anais...* UNICAMP, p. 1-9, 2009.

MAGNANI, J. G. C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.17, N.49, São Paulo, 2002.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Western perspectives in applied linguistics in Africa. *AILA Review*, Amsterdam, v.17, p. 77-105, 2004.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and (re) constituting languages. *Critical Inquiry in Language Studies*, 2 (3):137-156, 2005.

MALY, I. *Digital economy and platform ideologies*. DiggIt Magazine, 2023. Disponível em: <https://www.diggitmazine.com/working-papers/digital-economy-platform-ideologies-influencer-culture>. Acesso em: 20 set. 2023.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MELO, G.C.V.; MOITA LOPES, L. P. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. *Lingua(gem) em Discurso*, v. 14, n 3, p. 653-673, 2014.

MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción de colonial*. Barcelona, Gedisa, 241 p, 2005.

MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2013.

MUNIZ, K. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística crítica: performatividade, política e identificação racial no Brasil. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 767-786, 2016.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Letramento, 2019.

OLIVEIRA, D. P. *Ideologias de linguagem acionadas por docentes indígenas em formação superior: tensões no espaço da diferença colonial*. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

PINTO, J. P. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 31, p. 199-221, 2015.

PINTO, J. P. *et al. Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais*. Cergraf UFG, 2022.

PINTO, J. P. Da língua-objeto à práxis linguística: Desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. *Linguagem em Foco*, v. 2, p. 69-83, 2011.

PINTO, J. P. Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 10, p. 704-720, 2018.

PINTO, J. P. *Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português*. O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, p. 120-143, 2013.

POLICARPO, V. *Telenovela Brasileira: apropriação, gênero e trajetória familiar*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Universidade de Coimbra; Imagens do masculino e do feminino na telenovela brasileira, Projecto financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia, 2001.

PRATT, M. L. Arts of the Contact Zone. *Profession*, p. 33-40, 1991.

QUINTAS, F. *Sexo à Moda Patriarcal: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre*. Brasil: Global, 2008.

ROSA, J. *Looking like a language, sounding like a race: raciolinguistic ideologies and the learning of Latinidad*. New York: Oxford University Press, p. 125-176, 2019.

ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language and Society*, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.

RUBIN, G. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. [1984]. Repositório Institucional da UFSC, 2012.

RUTTER, J.; SMITH, G. *Ethnographic presence in nebulous settings: a case study*. In: HINE, C. (2005). *Virtual Methods: issues in social research on the internet*. Oxford: Berg Publishers, p. 81-92, 2005.

SALES JR., R. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2000.

SEVERO, C. G.; MAKONI, S. B. Discourses of Language in Colonial and Postcolonial Brazil. *Language & Communication*, Oxford, v.34, p. 95-104, 2014.

SEVERO, C.G. A invenção colonial das línguas da América. *Alfa*, 60 (1):11-28, 2016.

SHOHAT, E.; STAM, R. Do eurocentrismo ao policentrismo. In: SHOHAT, Ella; STAM, Robert (Org.). *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação*. São Paulo: Cosac Naify. p. 37-58, 2006.

SILVA, D. da C. P. *Quando dizer é violentar: violência linguística e transfobia em comentários online*. Devires, 2019a.

SILVA, D. da C. P. S. *(Meta) pragmática da violência linguística: patologização das vidas trans em comentários online*. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, p. 956-985, 2019b.

SILVA, D. da C. P. S. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Geledés: interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, p. 407-442, 2020a.

SILVA, D. da C. P. S. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 280-306, 2020b.

SILVA, D. da C. P. S. *A linguagem contra a democracia: registros discursivos antigênero na política do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. 2022.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, v. 23, p. 193-229, 2003.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John (ed.). *Reflexive language, reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SILVERSTEIN, M. Shifters, linguistic categories and cultural description. In: KASSO, Keith; SHELBY, Henry. *Meaning in anthropology*. Albuquerque: University of New Mexico Press. 1976.

STEPAN, N. L. *The hour of eugenics: race, Gender, and nation in Latin America*. Londres: Cornell University Press, 1991.

Um Brasil que se entranha cada vez mais em Portugal. Notícias Magazine, 2022. Disponível em:
<https://www.noticiasmagazine.pt/2022/um-brasil-que-se-entranha-cada-vez-mais-em-portugal/historias/279205/> Acesso em: 12 nov. 2023.

VARIS, P. Digital Ethnography. *Tilburg Papers in Culture Studies*. Paper 104, ago. 2014.

VERONELLI, G. A.; DAITCH, S. L. Sobre a colonialidade da linguagem. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

VIEGAS, J. M. L. Telenovelas: do modelo de produção a diversidade de reconhecimento (Feuilleton télévisé: Du modèle de production à la diversité de réception). *Sociologia*, n. 2, p. 13-45, 1987.

WOOLARD, K. Introduction: language ideology as a field of inquiry. In: Schieffelin, B.; Woolard, K. A.; Kroskrity, P. V. (org.). *Language Ideologies: practice and theory*. New York/Oxford: Oxford University Press, p. 3-47, 1998.

WORTHAM, S. *Narratives in Action*. New York: Teacher College Press, 2001.

XOÁN, C. L.; BAGNO, M. (orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos*, São Paulo, Parábola, 2011.

“O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política”. *Jornal Opção*, 2015. Disponível em:
<https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-portugues-brasileiro-precisa-ser-reconhecido-como-uma-nova-lingua-e-isso-e-uma-decisao-politica-37991/> Acesso em: 09 nov. 2023.